Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sábado 27.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 618 / € 2,00 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

COMANDANTE DA PSP DE LISBOA

"NÃO SÃO AS ESQUADRAS DE 'PEDRA E CAL' QUE PRODUZEM SEGURANÇA"

CRIMINALIDADE Ao reconhecer que "a expressão Zona Urbana Sensível não é muito feliz", o chefe máximo do Comando Metropolitano, Luís Fiães Fernandes, demonstra que recusa estigmatizar comunidades e explica, na sua primeira entrevista, como pensa o policiamento da capital. Admite que precisa de mais 1000 polícias.

PÁGS. 4-7



JP SIMÕES

"As pessoas continuam a sorver as palavras de José Mário Branco"

PÁG. 26

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

DECLARAÇÃO

Ex-deputados apresentam 15 propostas para melhorar a democracia

PÁG. 10

FRANCISCO CALHEIROS

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO TURISMO DE PORTUGAL

"Tem de haver coragem para fazer a reforma do Estado como fizemos nas empresas"

DINHEIRO VIVO

MEMÓRIA

José Iglésias, o preso político que chegou a casa (e à boleia) dois dias depois do 25 de Abril

PÁGS. 12-13

DIPLOMACIA

MNE brasileiro: "Nossa relação com Portugal está excelente"

PÁGS. 20-21

ELEIÇÕES FC PORTO MAIS DO QUE UM DUELO DE GERAÇÕES, UM CHOQUE IDEOLÓGICO

PÁGS. 22-23



Até ver...

Pedro Sequeira
Editor Executivo do Diário de Notícias

Abril e uma força a crescer-me nos dedos

22 de abril. Oiço o sinal de notificação no WhatsApp e abro a mensagem. É uma fotografia de uma ilustração alusiva ao 25 de Abril, feita pela minha filha, que foi selecionada para ser exposta na escola pública onde estuda. Escolheu desenhar uma mulher. Nas mãos carrega um punhado de cravos e num braço tem tatuada uma pomba da paz. O vestido é de princesa, mas a expressão séria e a arma que traz a tiracolo contrasta com os contos de fadas. Ao orgulho que sinto segue-se uma sensação de alívio por saber que hoje, com 14 anos, cinco décadas após Abril, a minha filha não só é livre para desenhar o que bem entender como, principalmente, pode ser o que quiser na vida. Hoje já não lhe está reservado, logo à partida, um papel subserviente, apagado, limitado em função do género. Foi precisa uma revolução para as mulheres conquistarem, por exemplo, o direito de voto universal ou para não dependerem de autorização dos maridos para desempenharem certas atividades profissionais. A sociedade evoluiu, apesar de bafientas bolsas de resistência, mas ainda há hábitos que se arrastam no tempo, como bem explicou Capicua na letra de *Que Força é essa, Amiga?* (adaptação do clássico de Sérgio Godinho), em que fala da sobrecarga do trabalho doméstico e do cuidado parental que ainda incide na mulher em muitas famílias. O caminho para igualdade de direitos não está completo, mas foi com Abril que começou a ser trilhado com passos mais firmes.

23 de abril. Abro a porta da sala de aula e à minha frente estão duas dezenas de crianças de olhar curioso, entre elas o meu filho. O quadro já não é de ardósia, mas é ainda com um pau de giz que vou escrevendo datas históricas que o DN testemunhou e reportou ao longo dos últimos 159 anos. Falamos da importância que o jornalismo tem e terá no futuro das próximas gerações, que serão confrontadas com um número crescente de informações falsas que povoam as redes sociais. E falamos de valores fundamentais como a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. Tento passar a mensagem que são valores que devem prezar e defender. Não fosse Abril, esta conversa, neste local, livre de constrangimentos, seria impossível.

24 de abril. Passo os olhos pela última página da edição do DN e valido o envio para a gráfica. A edição é especial, assinala os 50 anos do 25 de Abril, mas o trabalho da redação obedeceu às regras de todos os dias: redigir e editar textos com o máximo de rigor jornalístico e que sejam uma mais -valia para o leitor. Fechada a edição, não deixo de pensar nas centenas de jornalistas que passaram por esta casa e que tiveram de cumprir a sua missão condicionados pela censura imposta durante os anos de ditadura. Privados de colocar as perguntas que bem entendiam. Obrigados a encontrar formas subtis de evitar o célebre "lápis azul" do censor, que aprisionava os jornais à vontade do Estado e empobrecia a informação prestada à população. Com Abril regressou a imprensa livre, um pilar fundamental da democracia. Ameaçá-lo é também ameaçar o país.



25 de abril. Cumpre-se a tradição e o cravo de Abril é colhido no jardim da minha mãe. À mesa falamos do papel transformador que a Revolução de 1974 teve na vida dos meus pais. Com ela vieram oportunidades, direitos laborais, um Serviço Nacional de Saúde a que continuam a recorrer e condições para que os filhos pudessem estudar até concluírem o Ensino Superior, obtendo uma formação académica que nunca lhes esteve ao alcance, quando cresciam naquele cinzento e desigual Portugal da ditadura. Nesta casa Abril segue vivo. Sempre!

26 de abril. No entanto, 50 anos depois de Abril, é possível assistir a conversas sobre retrocessos em direitos conquistados pelas mulheres, como o da Interrupção Voluntária da Gravidez. Notar que há uma disputa pelo voto dos jovens com base em discursos populistas que estimulam a visão do "nós contra eles". Ver recuperada a ideia de voltar a impor o Serviço Militar Obrigatório em vez de se melhorar, efetivamente, as condições oferecidas a quem quer seguir carreira nas Forças Armadas. Sentir que a discussão sobre a importância do jornalismo livre, procurando formas de o apoiar, não é uma prioridade para o poder político. Ou perceber que ganha força a tese de que não vale a pena investir estruturalmente no ensino público e no SNS porque há toda uma rede no setor privado (para quem pode, é claro) que presta esses serviços e que deve, essa sim, ser financiada. Para explicar o que sinto perante tudo isto, sempre que alguém desvaloriza a herança de Abril e o tanto que nos deu, regresso a Capicua e a um excerto da letra de Sérgio Godinho que a *rapper* portuense escolheu para concluir a sua versão: "*Não me digas que não me compreendes; quando os dias se tornam azedos; Não me digas que nunca sentiste; uma força a crescer-te nos dedos; e uma raiva a nascer-te nos dentes; não me digas que não me compreendes.*"

OS NÚMEROS DO DIA

3,2

MILHÕES
As viagens realizadas pelos residentes em Portugal para o estrangeiro cresceram 21,5% em 2023, para 3,2 milhões, atingindo um máximo histórico, segundo o INE. Espanha (41,6%), França (10,1%) e Itália (6,9%) foram os principais países de destino.

5000

MILITARES
A França defende a criação de uma "força de reação rápida europeia" com cerca de 5000 soldados até 2025, que poderá intervir em situações de crise quando a NATO não atuar, disse o ministro das Forças Armadas francês, Sebastien Lecornu: "É uma questão fundamental."

1500

CRIANÇAS
Um total de 1500 crianças vão formar um gigante laço azul humano, na terça-feira (30), no Parque Eduardo VII, em Lisboa, por ser o símbolo do mês da prevenção dos maus-tratos na infância.

409

MILHARES
Os Estados-membros da União Europeia concederam em 2023 o estatuto de proteção a 409 485 requerentes de asilo, divulgou o Eurostat. Dos requerentes, 43% receberem Estatuto de Refugiado, 35% de Proteção Subsidiária e 22% de Estatuto Humanitário.





27.4.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.


1 DE MAIO
EM BANCA
ANTÁRTIDA A EXPEDIÇÃO PORTUGUESA QUE VEIO DO FRIO
Volta ao Mundo
NATUREZA EXUBERANTE
COSTA Rica
MARRAQUEXE A CIDADE E O DESERTO
INGLATERRA NA PEGADA DE SHAKESPEARE
ASSINE AQUI
NESTA EDIÇÃO
COSTA RICA
A exuberância da Natureza
MARROCOS
E o deserto aqui tão perto
ANTÁRTIDA
A expedição que veio do frio
Volta ao Mundo

Luís Fiães Fernandes
"Não são as esquadras de 'pedra e cal' que produzem segurança. São os polícias e os meios"

CRIMINALIDADE Ao reconhecer que "a expressão Zona Urbana Sensível não é muito feliz", o chefe máximo do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP demonstra a recusa em estigmatizar comunidades e uma mudança de paradigma do policiamento, com uma estratégia quase científica baseada em avaliações de risco e uma gestão meticulosa.



ENTREVISTA **VALENTINA MARCELINO** FOTOS **LEONARDO NEGRÃO / GLOBAL IMAGENS**

O superintendente Luís Fiães Fernandes, 57 anos, lidera o Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) desde outubro passado. Foi diretor do Departamento de Sistemas de Informação e Comunicações, diretor do Departamento de Armas e Explosivos e oficial de ligação do MAI na Reper (Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia). Licenciado em Ciências Policiais, é Mestre em Estratégia.

Começando pela equiparação ao Suplemento de Missão da Polícia Judiciária. Como comandante do maior comando do país, qual é a expectativa que sente dos seus policias?

Penso que toda a gente compreende que o exercício da profissão de polícia tem associado um conjunto de condições que não se verificam em outras profissões, como o risco, a insalubridade e a penosidade, as quais fundamentam a atribuição do subsídio. É uma profissão que tem características especiais. É por isso natural que os policiais tenham expectativas de que o reconhecimento destas condições seja feito através de uma melhoria da sua remuneração. Não só por causa de tais condições, mas também pela importância da polícia no funcionamento da democracia. É uma expectativa legítima e justa, que já foi reconhecida por S. Ex.ª o Presidente da República e pelos partidos políticos.

O sr. Comandante do Porto disse-nos que se não fosse encontrada uma solução ia ser muito difícil manter os ânimos serenos. Sente isso? Qual é a mensagem que tem transmitido aos seus homens e mulheres?

Neste momento suponho que estão reunidas as condições para que as negociações cheguem a bom porto. Enquanto comandante do Comando que tem perto de 30% de todo o efetivo da PSP, cerca de 6500 operacionais (isto é, os polícias com que realmente posso contar para desenvolver operações, para o policiamento de visibilidade, etc.) digo que os polícias, conscientes do reconhecimento generalizado, têm de responder com responsabilidade. Porque precisam de obter o apoio e o reconhecimento de todos – dos cidadãos, do poder político – e porque sabem que estão sujeitos a um quadro ético, deontológico e disciplinar que lhes impõe um comportamento profissional responsável e, sobretudo, sabem qualquer manifestação pública tem sempre de ser exercida dentro dos limites da lei.

Os polícias são profissionais aptos a enfrentar os vários desafios que se colocam num Comando complexo como este. Só para dar um exemplo, em 2023 tivemos de responder a cerca de 400 incidentes diários, entre crimes, contraordenações e participações diversas. É um número enorme. Estamos a falar de eventos que vão desde a simples resposta a um problema de ruído de vizinhança, até a incidentes tático-policiais que envolvem elevados graus de violência, como foi, por exemplo, o caso da nossa intervenção no Centro Ismaili. Em todas estas situações, os cidadãos esperam da polícia um comportamento profissional, respostas céleres e estribadas na lei e a polícia, por seu lado, sabe que não pode falhar, pois por vezes, é a intervenção da polícia que faz a diferença entre a vida e a morte.

Falando em desafios, quais são os que elenca como prioritários?

Um dos primeiros é o crime e a insegurança gerada pelo crime e pela violência. O crime mudou. No passado, o crime era cometido com recurso, a maioria das vezes, a meios rudimentares e era de natureza essencialmente nacional. Hoje, enfrentamos crimes complexos, que são cometidos com recurso a tecnologias sofisticadas, como a encriptação, e que normalmente estão associados a redes organizadas, de natureza transnacional, e isto é um dos primeiros desafios.

Mas isso não são crimes da competência da Polícia Judiciária?

Não é isso que está em causa. A investigação de um simples furto de oportunidade pode revelar que o objeto furtado acabou a ser transacionado num mercado ilícito digital que, por sua vez, é controlado por uma rede transnacional. O tráfico local de droga, por exemplo, faz parte de mercados ilícitos internacionais, controlados por organizações transnacionais, algumas policriminais, com elevada resiliência e complexidade. O ponto é que atualmente não se pode olhar os crimes como eventos isolados de todo um contexto transnacional. Outro dos desafios é a mudança do paradigma da simples reação para o paradigma da proatividade preventiva. Não é possível voltarmos a centrar o nosso policiamento na simples reação. Hoje, apesar da componente reativa estar presente, o policiamento é sobretudo orientado para a prevenção do crime e para o reforço do sentimento de segurança, baseado em técnicas de visibilidade e de proximidade com os cidadãos. Um terceiro desafio é que a produção da seguran- ça, atualmente, já não é exclusiva da polícia. A polícia produz segurança através da sua participação em redes de atores como, por exemplo, a segurança privada. Um outro desafio coloca-se na forma como a polícia define os seus objetivos. A polícia tem, cada vez mais, de estar atenta às necessidades dos diferentes grupos da sociedade, porque os mesmos querem, exigem, ter uma palavra sobre tais objetivos e sobre as formas de prossecução dos mesmos. O diálogo com a comunidade é uma necessidade constante. O público exige saber o que é que a polícia está a fazer, e pede explicações. Esta realidade entronca com o reforço dos

> *"Enquanto comandante do Comando que tem cerca de 6500 operacionais, digo que os polícias, conscientes do reconhecimento generalizado, têm de responder com responsabilidade."*



mecanismos de fiscalização, interna, externa, nacional e internacional, da polícia. Nunca como hoje, a polícia teve a sua ação tão escrutinada, o que deve ser visto como um claro reflexo da maturidade da nossa democracia e um garante do respeito dos direitos dos cidadãos. Um último desafio é constituído pela tecnologia, especialmente pela tecnologia de duplo uso, que pode ser utilizada para cometer crimes, com crescente grau de sofisticação, tornando a sua prevenção e combate cada vez mais difíceis.

Quanto à criminalidade em Lisboa, as informações que estão já publicadas indicam que houve um aumento, mas menor do que a média nacional. O que aumentou mais e qual é a vossa interpretação?

Em 2023, na criminalidade geral, tivemos um aumento de 5% relativamente ao período homólogo. A criminalidade violenta e grave, está estabilizada, apresentando uma variação de 0,5%. A criminalidade geral, apesar de ter aumentado, ainda assim está dois pontos percentuais abaixo dos 7% de aumento que se registou a nível nacional pela PSP e está três pontos percentuais abaixo dos 8% de aumento da criminalidade nacional em 2023. Aliás, o COMETLIS registou em 2023 menos 6% do que a criminalidade registada há 10 anos, em 2014. É de notar que este Comando regista cerca de 18% de todo o crime registado em território nacional, e 40% de toda a criminalidade registada pela PSP. Os crimes que mais aumentaram em 2023 foram a burla informática/comunicações, as outras burlas, a violência doméstica, o furto em veículo motorizado, as ofensas à integridade física simples e a condução sem habilitação legal.

E nos crimes violentos?

Os crimes violentos que registaram maior número de denúncias foram o roubo na via pública (2387 crimes), mas que apresentou uma descida de 2% relativamente a 2022, e o roubo por esticão (717 crimes), que apresentou uma subida de 1% relativamente a 2022.

Em termos de número absoluto, quantos casos de burla informática é que vocês registaram?

Foram registados 6263 crimes de burla informática/comunicações, o que tem um peso relativo de 1,72% de todo o crime registado no Comando.

Qual é o total de crimes que registaram no COMETLIS?

Registámos, no ano de 2023, 67 840 crimes. O índice criminal é de 3408 crimes por 100 mil habitantes, abaixo dos 3554 por 100 mil habitantes, a nível nacional.

Há seis meses foi anunciado um plano de prevenção e visibilidade para a Área Metropolitana de Lisboa que visava conseguir policiamento nas ruas. É um plano que está previsto na Estratégia Integrada de Segurança Urbana (EISU) aprovada pelo anterior Governo e que também previa a criação de "esquadras do cidadão" em juntas de freguesia. Em que ponto está este plano?

O plano está em execução e tem como objetivo responder à necessidade de prevenir o crime e reforçar o sentimento de segurança dos cidadãos, através da gestão integrada de meios e de valências policiais. Na sua base está a análise sistemática dos riscos de modo a permitir abordagens diferenciadas e dinâmicas, de acordo com os níveis do risco estimado. Este plano é operacionalizado através de um programa de policiamento que tem três vertentes. A vertente da visibilidade, pela presença dos polícias nas suas várias valências, nos locais e horas com maior concentração de pessoas, como é o caso da Avenida da Liberdade, ou o Rossio, etc. A vertente do policiamento dirigido à prevenção e combate de determinados crimes, como o tráfico de droga ou furto do interior de veículos, com recurso a várias valências e instrumentos legais, como é o caso das operações especiais de prevenção criminal. E a terceira vertente, a resposta reativa a crimes em curso.

E as Esquadras do Cidadão?

Neste momento ainda não há decisões. Do meu ponto de vista, qualquer reestruturação do dispositivo deve partir de uma perspetiva integrada, macro e não pontual.

Há um plano para reorganizar o dispositivo da PSP em Lisboa que está na gaveta há 10 anos. Como convencer os autarcas e a população de que não são precisas tantas esquadras...

Não são as esquadras de "pedra e cal" que produzem segurança. São os polícias e os seus meios que respondem aos pedidos de auxílio dos cidadãos e que previnem e investigam os crimes.

Quanto maior o número de esquadras, menor o número de recursos disponíveis para efetivamente policiarem a "cidade", uma vez que parte dos mesmos terá sempre de ser alocada à segurança das instalações e a atividades de *backoffice*. A tecnologia, os sistemas de informação e de comunicações e a mobilidade são fatores que hoje têm de ser tidos em consideração quando se pensa na reestruturação do dispositivo de Lisboa, para além do número e da localização das esquadras. O próprio conceito de esquadra também tem de ser repensado, bem como o tipo de serviço e de acesso por parte do cidadão à polícia. O atual sistema de queixa eletrónica é um possível exemplo do caminho a seguir. Para determinados tipos de crime, as pessoas não têm de ir à esquadra. A digitalização vai tornar cada vez menor esta necessidade de deslocação física e, consequentemente, de esquadras, tal como as conhecemos.

Já está a contar com aqueles que vão ter de ficar a tempo inteiro no aeroporto (a partir de outubro deste ano vão ter de ter 50% a tempo inteiro e daqui a um ano os 100%)?

Não. O reforço de recursos para o desempenho das novas funções tem estado a acontecer desde o início do ano. Gostaríamos de conseguir colocar no aeroporto, até ao final do ano, todos os recursos humanos necessários para substituir os nossos colegas da PJ, de modo a que toda a operação estivesse sob o nosso controlo.

Já contando com os reforços que têm sido injetados, iremos, se tudo ocorrer conforme esperado, ainda durante este primeiro semestre e estendendo ao segundo semestre, colocar no aeroporto à volta de mais 150 a 170 polícias, dando continuidade à substituição dos elementos da PJ.

"Para a implementação plena do plano, sem condicionalismo, reforçando a visibilidade, precisaria de cerca de mais 1000 polícias."

Mas para isso não implica ainda a tal reorganização do dispositivo em Lisboa?

Não.

Acabando com esse conceito da "esquadra de pedra e cal", como referiu, isso não libertaria também elementos suficientes para fazer essa renovação?

Não, não chega para o número de polícias que precisamos para aumentar a visibilidade. Outras medidas teriam também de ser tomadas. O que temos vindo a preparar é a integração horizontal de determinados serviços. Dou-lhe um exemplo. Uma determinada unidade, para além de todas as outras missões, tem também uma esquadra de trânsito, fragmentando assim os seus recursos por múltiplas valências, o que estamos a planear é a integração dessa valência (trânsito) numa única unidade, neste caso a Divisão de Trânsito. Portanto, estamos a fazer pequenos ajustes no dispositivo. Outro exemplo, as Equipas de Intervenção Rápida (EIR) são cada vez mais geridas de forma integrada e não de forma independente pelas divisões. Porquê? Porque se os recursos são escassos, temos de alterar os métodos de gestão, temos de inovar. Não vale a pena estarmos sistematicamente a dizer que temos falta de recursos, isso é algo que já toda a gente sabe e é reconhecido. Face a tal contexto, temos de inovar, de ter novas perspetivas, introduzir novas dinâmicas, e é isso que temos estado a fazer. Vai resultar de um momento para o outro? Não! É um processo que se vai desenvolvendo. Neste âmbito, a formação é essencial para sermos mais eficientes. Assim, por exemplo, desde o início de fevereiro que temos – com enorme esforço – estado sistematicamente a formar as EIR para terem uma melhor atuação em contextos de pequena desordem pública, de intervenção em determinadas áreas e situações de risco.

Para operacionalizar esse plano de quantos mais polícias é que precisa?

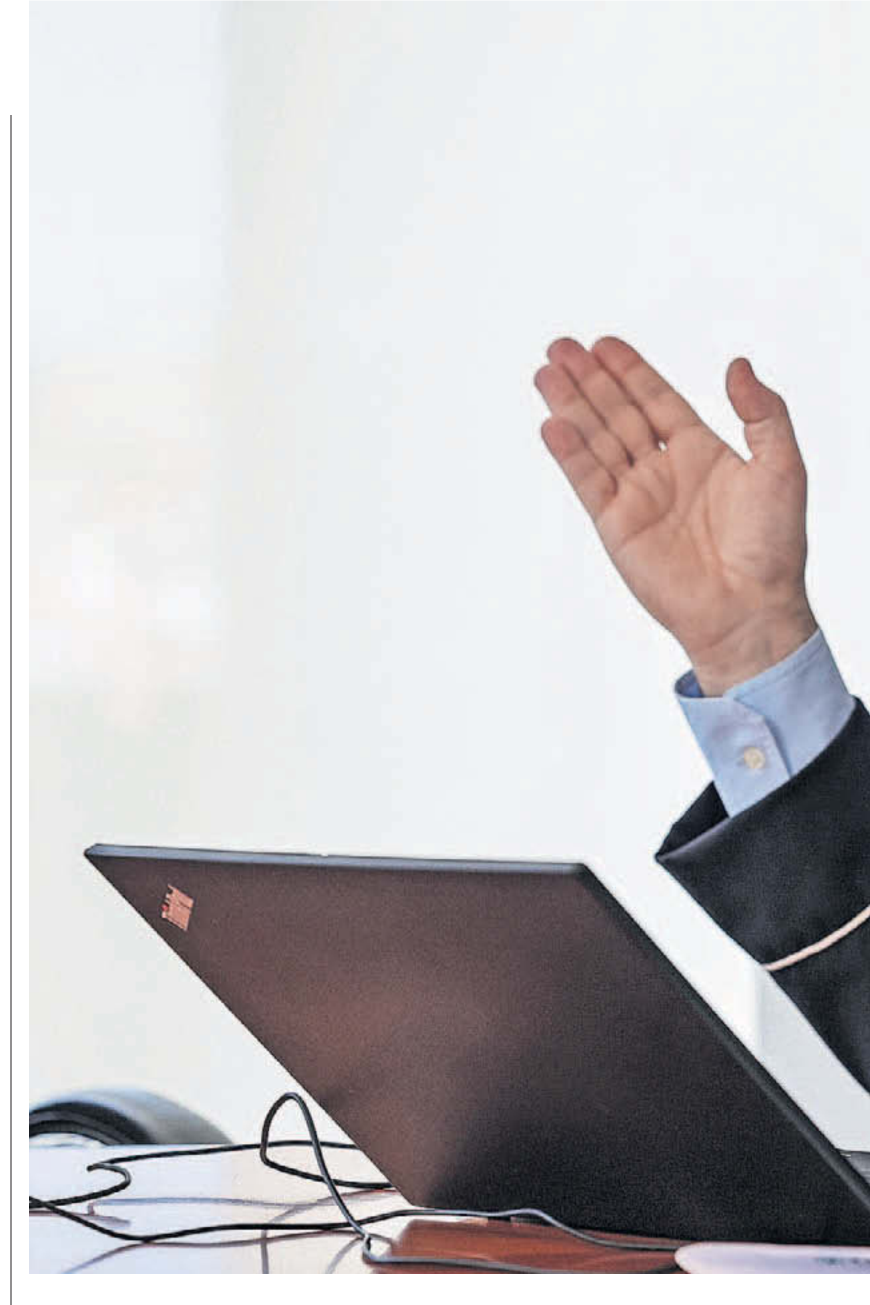
Sem condicionalismo, reforçando a visibilidade, precisaria de cerca de mais 1000 polícias.

Em relação a essas áreas de risco

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

elevado, podemos falar das Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) que também estavam como alvo prioritário na EISU. Qual é a sua estratégia aqui do comando para estas ZUS, uma vez que têm uma boa parte delas na vossa área de intervenção?
Na minha opinião, a expressão Zonas Urbanas Sensíveis é muito pouco feliz.
Foi uma criação e é utilizada pela própria PSP, não é?
Não tenho certeza que se possa afirmar que o conceito ZUS seja uma criação da PSP, uma vez que, por exemplo, encontramos uma clara referência a ZUS no artigo 10º da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. Independentemente da origem do conceito, considero que é uma expressão um pouco feliz. Essas zonas são sensíveis a quê? São todas igualmente sensíveis? É um estado permanente? Sabemos que existe uma escala com indicadores que podem ser usados para caracterizar e classificar as ZUS. O problema é que tais indicadores não são aptos para a utilização em avaliações do risco, base essencial do modelo de policiamento que defendo. Para tal avaliação é necessário definir um conjunto de variáveis e indicadores que permitam uma avaliação do risco tão objetiva quanto possível. No caso do COMETLIS, uma das primeiras orientações que dei aos comandantes das várias divisões foi que abandonassem tal expressão enquanto descritor de uma determinada área de atuação e que passassem, de forma sistemática, a avaliar o nível do risco das diferentes áreas do território que está sob a sua responsabilidade. Porquê? Porque a atribuição do nível do risco vai permitir que a intervenção policial seja executada com a utilização dos recursos, valências, táticas e técnicas adequadas ao nível do risco. Para quê? Para garantir que vamos atuar de acordo com os princípios da adequação, da proporcionalidade e no integral respeito da lei.
Nesse caso, no Município de Lisboa e na periferia mais próxima, quais são as zonas de maior risco?
Vou dar um exemplo para o Centro de Lisboa. Numa determinada noite de fim de semana – e esta é a razão por que falo da avaliação ser sistemática e dinâmica – o Bairro Alto pode ser uma área de risco médio ou de risco elevado.
Pode ser uma ZUS...
Por isso é que não é adequado usar o conceito ZUS. Contrariamente ao conceito ZUS, o nível do risco, de uma mesma área pode variar ao longo da semana e mesmo ao longo do dia.
E que indicadores são utilizados?
Sem entrar em muitos detalhes, estamos a falar, por exemplo, da densidade populacional, do índice criminal, do tipo de crimes mais cometidos em tal área, do tipo de utilização do espaço público e das características do espaço construído, da existência de mercados ilícitos, de grupos organizados, etc. Trata-se de um conjunto de variáveis e indicadores que podem ser, e esta parte é importante, objetivados e que permitem avaliações do risco adequadas ao policiamento de visibilidade ou reativo, dependendo das circunstâncias.
De qualquer forma, em certas áreas da periferia, sabe que é a origem de muitos dos grupos de delinquência juvenil que têm contribuído bastante para a subida deste tipo de criminalidade, que é uma matéria de muita preocupação. A PSP tem alguma coisa concreta pensada?
A delinquência juvenil não é apenas uma questão policial. A intervenção junto dos jovens tem de ser multidisciplinar e em rede. Parte dos incidentes com maior violência parecem ser consequência de uma cultura urbana de violência partilhada por alguns jovens pertencentes a grupos de zonas diferentes que trocam desafios e provocações nas redes sociais, por vezes com recurso à música (principalmente *hip-hop* e *drill*), e que acabam por ter consequências no domínio físico.
Mas não se pode culpar a música por ser instigador de criminalidade...
Não, claro que não. A música é o meio que serve para expressar os desafios, as provocações, a hostilidade e o descontentamento com um certo estado de coisas. Quando falei, há pouco, sobre a nossa estratégia de intervenção, uma das valências que utilizamos em situações de desordens de baixa intensidade são as EIR e esta formação visa a preparação para a intervenção, que tem de ser bem planeada, muito bem ponderada e consentânea com os princípios de atuação da polícia num Estado democrático.
Uma atuação musculada ou mais uma atuação preventiva? Uma coisa que tem sido criticada, digamos assim, por parte de algumas associações destas comunidades, é que deixou de haver esse diálogo para haver essa proximidade....
Não gosto de falar de atuações musculadas *versus* atuações suaves. Não se trata disso, uma vez que qualquer intervenção está sempre sujeita às mesmas regras de uso da força. Trata-se de, para cada um dos contextos de risco, ter a atuação com as valências adequadas. Isto implica que os programas de policiamento de proximidade têm também de estar no terreno, nomeadamente em áreas de risco.
Mas reconhece que houve um desinvestimento neste tipo de policiamento, não é?
Não sei se houve um desinvestimento ou se temos vindo sistematicamente a desvirtuar o policiamento de proximidade, confundindo o mesmo com ação social. O policiamento de proximidade (ou comunitário), na sua génese, compreende uma dupla vertente: uma vertente de reorganização interna das polícias e uma vertente de serviço ao cidadão. Nesta vertente, a proximidade, no essencial, destina-se a tornar a ação da polícia orientada para a prevenção e mais acessível e sensível às expectativas do cidadão quanto à sua segurança e aos problemas geradores de insegurança. Jogos de futebol entre polícias e jovens de determinado bairro são iniciativas positivas e uma boa forma de convívio, mas não podem ser confundidos com a proximidade policial, que tem como objetivos de, localmente, prevenir o crime e a insegurança.
Um dos desafios para a PSP, nomeadamente aqui na zona da Grande Lisboa, tem sido lidar com as ações disruptivas dos ativistas climáticos. Foram instaurados 32 processos de crime instaurados, está um julgamento a decorrer. Estas ações não podem ser enquadradas no chamado "terrorismo climático"? Como é que a PSP está preparada para isso?
A PSP vai continuar, independentemente da natureza da causa, e sempre que se registarem disrupções da legalidade, a repor a mesma. Não comentando a ação de um grupo em concreto, não podemos esquecer que existem suspeitos da prática reiterada de crimes diversos, e que alguns destes suspeitos, com os seus comportamentos, condicionaram a atividade normal de determinadas infraestruturas. Quanto ao enquadramento de tais comportamentos num determinado tipo legal de crime, o mesmo caberá às autoridades judiciais.
E isto tem, imagino, implicado também uma grande utilização dos vossos recursos, porque devem ter muito mais pedidos de entidades quando há algum evento, para que haja algum tipo de prevenção, não é?
Se os eventos forem privados, a responsabilidade pela segurança do evento é do promotor, que pode recorrer à segurança privada e, numa segunda linha, a polícias em regime de remunerados. Se o evento ocorrer na via pública, o policiamento é planeado de acordo com os cenários relativos a potenciais impactos de ações disruptivas e de crimes na ordem e segurança públicas, independentemente de determinada organização ser ou não especificamente considerada.
Lisboa tem um número sem precedentes de estrangeiros. Além de turistas, também refugiados e imigrantes, cuja fiscalização sobre a regularidade em território nacional passou a ser competência da PSP. Pode fazer um balanço desta fiscalização? Quantas pessoas, por exemplo, já foram obrigadas a regressar aos seus países?
No aeroporto de Lisboa, desde outubro até agora, registámos 819 recusas de entrada em território nacional. Contudo, como assumimos recentemente as novas competências em matéria de controlo de fronteiras não temos dados para comparação com períodos anteriores.
E em ações de fiscalização na rua? Há uma grande falta de locais para alojamento das pessoas que estão a aguardar decisão, não é? A ter de dormir na Zona Internacional do aeroporto, nas ruas... Aquela imagem destas pessoas a dormir no aeroporto na Zona Internacional.
A PSP assumiu as novas competências há cerca de seis meses, e durante este tempo temos vindo a integrar e a desenvolver novos procedimentos e formas de atuação numa área de atividade muito específica e, sobretudo, muito sensível do ponto de vista dos direitos humanos.
Quanto à situação no aeroporto, e não é que isto sirva de justificação, mas situações similares verificam-se em outros aeroportos internacionais da Europa e, em alguns, a situação é pior do que a que se verifica no aeroporto de Lisboa. Contudo, é preciso reconhecer o enorme esforço que temos vindo a fazer para minimizar tal situação. Quanto às situações de cidadãos estrangeiros a dormirem nas ruas, as mesmas são de natureza social e não policial, e é essa a razão por que temos vindo a atuar em rede com outras entidades, como a AIMA, a Câmara Municipal, as juntas de freguesia, etc. O que verificamos é que muitos destes cidadãos estrangeiros, quando o seu processo é indeferido, recorrem. Mesmo na circunstância em que o cidadão estrangeiro foi objeto de uma ordem de abandono do território nacional, a mesma estipula um prazo para o seu cumprimento. Se o cidadão estrangeiro for intercetado e tal prazo estiver ultrapassado, o cidadão é presente a um juiz e o processo seguirá os respetivos trâmites legais, podendo o cidadão vir a ser retido num Centro de Instalação Temporária. Se a PSP identificar algum cidadão estrangeiro em incumprimento irá, como é natural, cumprir a lei e a decisão será das autoridades judiciais. A polícia não deporta pessoas, apenas cumpre as decisões judiciais.
Os imigrantes sem abrigo nos Anjos não são caso único? Os imigrantes sem abrigo e os





"A expressão zonas urbanas sensíveis é muito pouco feliz. (...) Uma das primeiras orientações que dei aos comandantes das várias divisões foi que abandonassem tal expressão."



estrangeiros na cidade, quantas pessoas estão nesta situação?
Na cidade são várias dezenas de pessoas – nacionais e estrangeiras – que estão em tal situação. As situações estão mapeadas, mas não podem ser vistas como problemas de polícia, que apenas podem ser resolvidas pela polícia, pelo contrário, estas situações só podem ser resolvidas através do trabalho em rede, em que a polícia é apenas mais um dos atores envolvidos.

Está prevista a instalação de 242 câmaras de videovigilância em Lisboa nos próximos três anos. Na sua estimativa podem substituir quantos polícias?
A questão não é essa. O sistema de vídeoproteção funciona como um multiplicador da nossa capacidade de observar os locais que têm uma maior probabilidade de registo de determinados tipos de ocorrência e, quando a prevenção não funciona, o recurso à imagem serve como meio de prova. É muito importante considerar o efeito de dissuasão e preventivo de diversos tipos de comportamento que estes sistemas têm e como podem multiplicar a capacidade de intervenção da polícia.

Mas são fixas as câmaras ou móveis?
São câmaras fixas.

Sendo fixas a criminalidade vai-se deslocar para outros sítios, não é?
A transferência pode acontecer, mas aquela zona, será sempre, em termos relativos, mais segura que as zonas não abrangidas, pelo que a alocação de recursos policiais a essa zona não será prioritária, podendo os recursos serem empregues em zonas onde se verifique um maior risco de vitimação.

Outro desafio para a PSP em Lisboa são as manifestações extremistas, anti-imigração, contramanifestações, um fenómeno cada vez mais frequente. Há preparação especial da parte dos vossos agentes para lidar com esta realidade?
Atualmente, qualquer manifestação é objeto de avaliação do risco de disrupção da ordem e segurança públicas, sendo associado um determinado nível de risco a cada cenário gerado. São estes que orientam a seleção dos recursos e das valências a utilizar no policiamento da manifestação. Não utilizamos apenas os polícias fardados, mas também recorremos a polícias da investigação criminal para a deteção, e se for o caso, neutralização de indivíduos que cometam crimes. No nosso modelo de policiamento de manifestações, atendendo ao nível do risco associado aos diferentes cenários, podemos ainda recorrer à utilização de câmaras ou drones, ou seja, quando temos uma grande manifestação e essa implica um risco elevado, toda essa tecnologia é posta ao serviço do comandante tático e é utilizada para garantir que a manifestação, independentemente da sua natureza, decorre nos termos da lei e que não há contramanifestações. Ou, se existir a tentativa de formar contramanifestações durante, por exemplo, o desfile, temos a capacidade de prevenir, mitigar ou neutralizar essas contramanifestações.

E tem resultado essa estratégia?
O modelo tem permitido que todas as manifestações que têm ocorrido se tenham desenrolado com impacto mínimo ou residual na ordem e segurança públicas e no exercício dos direitos dos cidadãos.

Na última que ocorreu, que foi a primeira anti-imigração que estava prevista para o Intendente e foi transferida por vosso parecer para o Chiado, acabou na Praça do Município com confrontos, mas entre a polícia e os contra manifestantes.
O que aconteceu foi que a manifestação do movimento 1143 estava a aproximar-se da Praça do Município e nessa praça estava um conjunto de pessoas que se constituíam como uma contramanifestação. As contramanifestações são proibidas. E, na circunstância em concreto, a ação da polícia foi no sentido de prevenir potenciais confrontos, separando os contra manifestantes dos manifestantes, uma vez que tal proximidade ia aumentar, e muito, o risco de confronto entre manifestantes.

> *"Atualmente, qualquer manifestação é objeto de avaliação do risco de disrupção da ordem e segurança públicas, sendo associado um determinado nível de risco a cada cenário gerado."*

E tinham de usar a força para isso?
Foram utilizados os recursos, as táticas e as técnicas consideradas naquele momento e espaço – necessárias, adequadas e proporcionais à situação em concreto.

O DN noticiou uma denúncia de algumas ativistas climáticas sobre formas abusivas de revista de que foram vítimas. Já há resultados do inquérito que foi instaurado pela PSP?
O inquérito ainda está em curso e estamos a aguardar os resultados.

Qual é a sua leitura do inquérito de vitimação realizado pela CML e divulgado em setembro de 2022, segundo o qual a esmagadora maioria dos lisboetas sente-se seguro na cidade e confia no trabalho da PSP e da Polícia Municipal, mas mais de metade das pessoas não participa os crimes de que é vítima?
Apesar de não conhecer esse estudo, mas apenas o que foi noticiado no DN, esses resultados, sobretudo da apreciação do trabalho policial que é feito pelas pessoas, deve deixar-nos satisfeitos. Significa que o nosso esforço está a ser reconhecido. Mas há algo que é importante assinalar, como o artigo diz, é que desde meados dos Anos 1990 que não é realizado um inquérito de vitimação a nível nacional. A sua relevância decorre do facto de que os inquéritos de vitimação, que começaram a ser realizados a partir do final dos Anos 1960, nos Estados Unidos, são um instrumento muito importante, não só para as políticas públicas de justiça e de segurança, mas também são um instrumento muito importante para a polícia, porque permitem avaliar qual a interpretação que os cidadãos fazem da sua atividade. É também muito importante para avaliar aquilo que em Portugal se designa como sentimento de insegurança, mas que tecnicamente é designado como medo do crime. E também muito importante é que é através de tais inquéritos que se podem avaliar o valor das cifras negras relativamente a certos crimes. Porque quando se refere cerca de X% de pessoas não denunciam determinado tipo de crime às autoridades, tal significa que esses crimes não denunciados contribuem para o crescimento das cifras negras, isto é, crimes que foram cometidos, mas que nunca chegam ao conhecimento das autoridades.

Mas este estudo refere isso. O que é que lhe diz esta percentagem tão grande de pessoas que não apresenta queixa?
Não conheço o estudo como referi, mas reportando-me aos relatórios nacionais dos Anos 1990, as razões apresentadas para a não denúncia às autoridades relacionavam-se com a perceção de que as autoridades – polícias e tribunais – não faziam nada ou não dariam importância ao crime e, portanto, não valia a pena denunciar os crimes. Devo referir duas notas importantes: os relatórios de vitimação não avaliam a resposta dos inquiridos a todos os tipos de crime, mas apenas a um grupo reduzido de crimes; e a sociedade portuguesa e as representações sociais que os cidadãos têm relativamente à polícia e aos tribunais, por exemplo, mudaram muito desde os Anos 1990.
No caso das cifras negras, e em termos comparativos, o furto de uma viatura provavelmente será o tipo de crime que as vítimas participarão sempre às autoridades. Já nos inquéritos dos Anos 1990, o crime de violação, por exemplo, apresentava uma elevada percentagem de não-denúncia às autoridades, porque existiam dinâmicas culturais que afastavam as vítimas da denúncia de tais crimes. Os inquéritos de vitimação permitem pois conhecer as vítimas, o sentimento que expressam sobre o crime e as suas representações quanto aos atores da justiça, conhecimento muito importante para a formulação de políticas públicas, podendo os dados dos inquéritos de vitimação servir de base ao lançamento de campanhas de informação e sensibilização, tendentes à diminuição de algumas das cifras negras. Na minha opinião pessoal, seria muito útil a realização de um inquérito de vitimação a nível nacional para termos uma perspetiva atualizada – uma vez que passaram mais de 30 anos desde a realização do último inquérito (nesse período de tempo foram realizados alguns inquéritos a nível de alguns Concelhos ou áreas, mas não a nível nacional) – sobre o sentimento de insegurança, sobre o que pessoas pensam sobre o sistema judicial, sobre a polícia, etc.

Se calhar há quem não tenha interesse nisso, a nível de poder político...
Penso que não se trata de uma questão de não ter interesse, pois os inquéritos de vitimação são importantes para a formulação de políticas públicas. Acredito que, eventualmente, um dos problemas seja o seu custo, mas o mesmo seria compensado com um maior conhecimento sobre as vítimas e sobre o que estas pensam sobre a justiça, sobre a polícia, etc.

valentina.marcelino@dn.pt

por Carlos Ferro



PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Sebastião Bugalho passou de comentador a cabeça de lista da AD às eleições europeias.

Milhares de pessoas encheram a Avenida da Liberdade, em Lisboa.

EPA / NOUSHAD THEKKAYIL

Após 11 meses sem competição Pablo Pichardo conseguiu lugar na comitiva para os Jogos Olímpicos de Paris no primeiro salto no *meeting* de Xiamen (China).

Sáb.

Dois saltos e os Jogos Olímpicos garantidos. Pichardo voltou

"É bom estar de volta." E ainda bem que regressou dirão os adeptos de desporto, principalmente os fãs de atletismo que viram o atual Campeão Olímpico do triplo salto obter a marcar de 17,38 metros na primeira tentativa no *meeting* de Xiamen (China),o que lhe garantiu a presença nos Jogos Olímpicos de Paris (começam a 26 de julho). E terá sido com um grande alívio que todos viram Pedro Pichardo regressar à pista 11 meses depois da última prova (5 de maio de 2023), período em que esteve envolvido em problemas com o clube que representa (Benfica), tendo ainda estado lesionado. Problemas físicos que parecem ultrapassados pois o atleta ainda fez um salto a 17,51 metros. Na sua conta da rede social Instagram escreveu: "É bom estar de volta. Depois de alguns meses (11) afastado das competições e com a aposentadoria à porta, estou de volta." Agora, resta esperar que Pichardo mantenha a forma para tentar mais uma medalha nos Jogos.

Dom.

País Basco tem o Parlamento mais nacionalista da história

As eleições no País Basco marcaram o dia na vizinha Espanha. E os resultados deixaram muitas análise para ser feita. Dois partidos com o mesmo número de deputados (27); o Partido Nacionalista Basco conseguiu mais votos e, portanto a liderança do Governo, mas o grande destaque foi para o resultado do partido independentista basco EH Bildu (que surgiu do braço político da ETA) que pela primeira vez disputou a vitória numas eleições na região fazendo sombra aos nacionalistas. O novo Parlamento Regional será o mais nacionalista da história da região com O PNV e o EH Bildu a conseguirem, em conjunto, cerca e 70% dos votos.

2.ª

Europeias. AD tem uma surpresa. PS muda tudo

As listas de candidatos às eleições europeias, que em Portugal se realizam a 9 de junho, da coligação AD (PSD e CDS) e do Partido Socialista tiveram o condão de animaram a discussão em redor dos nomes escolhidos pelas respetivas lideranças. No caso dos socialistas o secretário-geral Pedro Nuno Santos renovou toda a lista de candidatos a eurodeputados colocando a antiga ministra da Saúde Marta Temido como cabeça de lista. Decisão que terá sido pacífica no partido.
Já o mesmo não se pode dizer das opções de Luís Montenegro (líder do PSD) que colocou o comentador (e antigo colunista do DN), Sebastião Bugalho como o primeiro da lista. A opção não foi muito bem recebida – "apreensão" foi a palavra ouvida sobre o tema –, restando agora esperar pela votação para se perceber se Montenegro acertou nas escolhas ou tem mais um problema. Mas este, a existir, será só para enfrentar em junho.

3.ª

Guerra em Gaza divide estudantes norte-americanos

A detenção de uma centena de estudantes na Universidade de Nova Iorque que protestavam contra a incursão do Exército de Israel na Faixa de Gaza desencadeou uma onda de protestos em várias Instituições do Ensino Superior norte-americanas. Estas ações mostraram a divisão que existe na sociedade norte-americana com os estudantes judeus a insurgirem-se contra quem protestava contra o ataque israelita – que já matou mais de 34 mil palestinianos – que surgiu como resposta à incursão de terroristas do Hamas a 7 de outubro em que morreram mais de mil israelitas e 250 foram feitos reféns.
Certo é que a divisão entre estudantes não diminuiu, mesmo depois das intervenções dos responsáveis das universidades.



Em várias universidades norte-americanas os estudantes têm protestado contra a ação de Israel em Gaza.

EPA / CAROLINE BREHMAN

TIAGO PETINGA / LUSA

O Secretário de Estado Antony Blinken foi recebido pelo presidente chinês Xi Jinping.

EPA / XINHUA / HUANG JINGWEN

Declarações do Presidente da República aos correspondentes estrangeiros criaram várias polémicas.

EPA / JOSÉ SENA GOULÃO

ANDER GILLENEA / AFP

Eleições no País Basco terminaram com um empate no número de deputados eleitos entre o Partido Nacionalista Basco e o independentista EH Bildu.

4.ª

O Presidente foi o centro das atenções. Novamente...

Um jantar com jornalistas estrangeiros que vivem em Portugal desencadeou uma das maiores polémicas dos últimos tempos no país e, ao mesmo tempo, tirou o foco às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974. E o protagonista foi o mesmo de outros temas polémicos: o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa. Em conversa com os jornalistas explicou que tinha cortado relações com o filho devido ao caso das gémeas luso-brasileiras, que eventualmente terão tido um tratamento preferencial no SNS para receberem um medicamento – situação que está em investigação – e, depois, decidiu tecer considerações sobre a escravatura e o perfil do antigo primeiro ministro (António Costa) e do atual (Luís Montenegro). “Rural”, “urbano”, “lento”, foram algumas das palavras usadas sobre os dois. Tudo junto foi o suficiente para o PR ter concentrado todas as atenções em si e ouvir partidos a dizer que estava a “trair a pátria”. Pelos exemplos anteriores quase de certeza que Marcelo Rebelo de Sousa gostou do frenesim.

5.ª

“A democracia é frágil”. Milhares na rua lutam por ela

Milhares de pessoas na Avenida da Liberdade, em Lisboa, fizeram das comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974 um momento único na História de Portugal. Se é verdade que por todo o país se realizaram eventos a marcar a data, foi em Lisboa que as comemorações atingiram o seu auge – seja com a recriação do dia nas movimentações militares, na presença de milhares de pessoas nas ruas e nas cerimónias oficiais na Assembleia da República. Dos discursos no Parlamento ficam as críticas ao Presidente da República por declarações de dias anteriores, mas também a frase do presidente da AR, José Pedro Aguiar-Branco: “A democracia é de uma magnífica fragilidade e, por isso, temos de cuidar dela todos os dias.” Um conselho que pode começar por fazer cumprir no hemiciclo...

6.ª

Encontro EUA-China: à procura da “estabilidade possível”

À procura da “estabilidade possível” o secretário de Estado norte-americano Antony Blinken regressou à China pela segunda vez em menos de um ano. No encontro com o presidente chinês Xi Jinping, Blinken voltou a referir as preocupações dos EUA no que diz respeito ao apoio da China à Rússia na guerra contra a Ucrânia e alertou para as “ações perigosas” no mar da China Meridional. E se o Secretário de Estado norte-americano fez estas considerações numa conferência de imprensa, já o líder chinês “respondeu” através da emissora nacional CCTV. De acordo com a notícia Blinken ouviu da parte de Xi Jinping que o seu país “não tem medo da concorrência” e que a “competição deve ser uma questão de progresso comum e não um jogo de soma zero”. E que duas potências devem “assumir responsabilidades pela paz mundial”. É esperar para ver.

Ex-deputados propõem tirar autonomia às escolas sobre a educação para a cidadania

DECLARAÇÃO Associação de antigos parlamentares apresentou ontem à Assembleia da República uma carta com quinze propostas para mudar várias áreas da democracia. Uma delas passa por PSP e GNR darem lugar a uma única polícia.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

A Associação dos Ex-Deputados à Assembleia da República (AEDAR) apresentou ontem ao Parlamento um documento com quinze propostas que têm como objetivo discutir "matérias que os partidos subalternizam", seja "porque não são imediatamente rentáveis em termos eleitorais ou porque há cada vez menos capacidade dos partidos dialogarem entre si", explicou ao DN o presidente da AEDAR, o ex-deputado socialista Jorge Lacão. Uma das propostas passa por ministrar nas escolas a disciplina de educação para a cidadania "a partir de um conteúdo nacionalmente definido".

O documento, intitulado Declaração para a Qualidade da Democracia, propõe uma série de "perspetivas de reforma e modernização - centradas no sistema político, de justiça, de segurança e educativo - suscetíveis de contribuir para a melhor qualificação da democracia e do Estado de Direito".

Sobre a recomendação para as escolas em torno da educação para a cidadania, a declaração propõe que as matérias ensinadas se centrem "na transmissão de conhecimento sobre os valores e os princípios constitucionais que enformam a República Portuguesa, a identidade nacional, a condição europeia do País e a sua vocação lusófona".

Partindo desta premissa, Jorge Lacão, questionado sobre se a formulação deste ponto foi iniciativa de algum partido, garantiu que não. "Será estranho que uma democracia não tenha capacidade para ter uma disciplina no seu sistema de ensino secundário em que os valores dessa mesma democracia possam ser ensinados", frisou.

No entanto, o que o documento propõe é que haja um "aprofundamento suficiente para definir conteúdos objetivos de nível nacional para a própria disciplina", continua o ex-deputado, para quem o problema reside no facto de ter sido "dado às escolas, muitas vezes, a iniciativa de, nesta disciplina, meterem lá o que entendem melhor". Com isto, "podemos ter abordagens sensatas ou abordagens completamente insensatas", diz o líder da AEDAR. "Isso dá lugar a que possam emergir movimentos reativos e críticos relativamente ao que se passa nesta escola ou naquela escola."

Sobre a melhor forma de se dignificar esta disciplina, Jorge Lacão sugere que, seja através da "estruturação da consciência da cidadania no nosso país", o que significa que conteúdo deva ser "nacionalmente definido e que, tal como existe para as outras disciplinas", seja assim ministrado nas escolas.

Se, nesta circunstância, houver resistência a haver uma disciplina destas, será "daqueles que estão contra o próprio sistema constitucional e democrático", sustenta.


REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

Jorge Lacão diz que "seria estranho que uma democracia" não tenha uma disciplina que ensine os seus valores.

> *"Estamos aqui a propor, por um lado, que a polícia de proximidade tenha dimensão nacional, não distinguindo entre o cidadão da cidade ou o cidadão da província."*
>
> **Jorge Lacão**
> *Ex-deputado do PS*

Polícia e Ministério Público

A declaração da AEDAR, entre a dezena e meia de propostas, sublinha que se deve "cumprir a disposição constitucional que prevê a existência de um estatuto das forças de segurança, por forma a que se proceda à necessária clarificação das funções de polícia". Com isto, os ex-deputados propõem que haja uma "polícia de proximidade com o mesmo estatuto a cobrir o território nacional", explica Jorge Lacão. E o esclarecimento aparece também sob a forma de uma pergunta: Sendo os cidadãos em Portugal todos iguais, por que motivo há "duas polícias [PSP e GNR] com estatutos diferentes para cidadãos que tenham o mesmo estatuto, sendo que uma atua no território urbano e outra, com estatuto diferente, atua no território rural?"

"Estamos aqui a propor, por um lado, que a polícia de proximidade tenha dimensão nacional, não distinguindo entre o cidadão da cidade ou o cidadão da província. E, por outro lado, a outra força de segurança, que é aquela mais musculada pela sua natureza, lhe sejam atribuídas funções de policiamento específico", esclarece, dando como exemplos "o policiamento do sistema rodoviário nacional e do tráfego, o policiamento das nossas fronteiras terrestres e marítimas, o policiamento de certos tipos de atividades económicas em mobilidade ou o policiamento florestal". No fundo, diz Jorge Lacão, "podemos conceber as duas formações de polícia, ambas com escala nacional, vocacionando uma para a polícia de proximidade, e vocacionando a outra para funções específicas de policiamento".

Para além da polícia, também deve haver "uma rigorosa avaliação do sistema de justiça", sugere a AEDAR, que passa por o Ministério Público prestar "informação sobre métodos e resultados".

Questionado sobre esta designação, Jorge Lacão esclarece que este ponto se refere à "responsabilidade" que este órgão tem "em produzir um relatório anual sobre as suas dependências", que acontece "através da figura máxima e hierárquica do Ministério Público, o Procurador-Geral". Portanto, afirma o ex-deputado, "deve ser apresentado institucionalmente e supõe-se apresentar-se às instituições também mais relevantes do Estado, como o Presidente da República, Governo e Assembleia da República. Este relatório é o resultado da atividade do próprio Ministério."

Apesar deste relatório ser produzido, o que falta é "um tempo de ponderação e de avaliação do significado desses relatórios", daí a proposta que procura a transparência.

Outras metas democráticas

A restante missiva dos ex-deputados passa também por "reavaliar os requisitos do financiamento partidário", que, explica Jorge Lacão, passa por três vetores: o "financiamento à atividade partidária normal, o financiamento às campanhas eleitorais e o financiamento à atividade dos grupos parlamentares."

Com esta proposta, a ideia é ponderar "quer o financiamento que pode ser excessivo em relação a quem possa potencialmente tornar-se hegemónico [em situações de maioria absoluta de um partido], quer o excesso de financiamento a grupos mais de dimensão irrelevante e que, por sua vez também, tem direito à existência, mas se calhar se vale a pena questionar se isso justifica financiamento público para uma atividade que, manifestamente, não tem utilidade pública em muitos casos."

vitor.cordeiro@dn.pt



Aguiar-Branco diz que explicações da PGR travariam a "suspeição".

PGR, PS e AD em silêncio. Proposta de Aguiar-Branco fratura Parlamento

AUDIÇÃO Presidente da AR pede que Lucília Gago dê explicações, aos deputados, sobre os processos que provocam "factos políticos".

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

No PS, por agora não se fazem comentários. No PSD e no CDS, silêncio. A IL deverá hoje pronunciar-se. A PGR, questionada pelo DN, mantém o silêncio. Só BE, PCP, Livre, PAN e Chega não têm dúvidas.

Aguiar-Branco, que na quinta-feira, no primeiro discurso que proferiu enquanto presidente do Parlamento numa Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril, foi aplaudido por todas as bancadas, ontem abriu uma fratura entre os deputados.

Em declarações à Antena 1, no programa *Geometria Variável*, Aguiar-Branco sugeriu uma audição de Lucília Gago, na Assembleia da República – "o espaço de excelência para isso acontecer"–, para que desse explicações sobre os processos que provocaram crises políticas. A vantagem? Evitar que se crie um clima de suspeição.

"Qualquer um de nós não quer acreditar que haja uma conduta premeditada [do MP] para, à esquerda ou à direita, provocar um determinado facto político por via de um investigação criminal, mas a verdade é que ninguém vive sozinho no mundo e é preciso ser explicado. Porque se for explicado e se a situação, ao ser explicada, tornar claro que a suspeição não existe, eu acho que estamos a contribuir para que esses dois mundos convivam de uma forma mais saudável para a democracia", afirmou.

André Ventura diz-se estupefacto com declarações que são uma "clara violação da separação de poderes", questionando a proposta de que, "quando os processos judiciais criam factos políticos, a senhora PGR deve vir ao Parlamento prestar esclarecimentos".

O líder do Chega garante que vai pedir explicações a Aguiar-Branco, nomeadamente sobre "o que quis dizer com factos políticos, o que quis dizer com chamar ao Parlamento [a PGR] e serem prestados esclarecimentos no Parlamento, e qual é a abrangência desses esclarecimentos".

Fabian Figueiredo, líder parlamentar do BE, que elogiou Aguiar-Branco por se ter juntado a este apelo, não vai, para já, avançar com um requerimento para chamar Lucília Gago ao Parlamento. Espera, antes, que seja a própria a disponibilizar-se a dar explicações aos deputados.

Mas, se a PGR "continuar fechada sob as suas masmorras, continuar a ser evasiva, o BE procurará num campo mais alargado para garantir que a procuradora venha à AR", garantiu.

António Filipe, deputado do PCP, segue a mesma lógica, mas com uma diferença: não avançam com nenhum requerimento, mas também não vão inviabilizar o que seja apresentado por outro partido. O melhor mesmo, sugeriu, era que Lucília Gago se disponibilizasse a prestar esclarecimentos. Deixou, porém, avisos: "A PGR não responde politicamente perante a AR (...) e não pode, nem deve, prestar esclarecimentos sobre processos em concreto."

Jorge Pinto, deputado do Livre, assegurou que o seu partido vai propor esta discussão em Conferência de Líderes para que se perceba melhor a proposta de Aguiar-Branco

Inês Sousa Real, do PAN, diz que a eventual audição "não belisca a separação de poderes", até por haver necessidade de explicações.



Argumentos de José Pedro Aguiar-Branco serão discutidos na próxima semana na conferência de líderes parlamentares.

"Aumento preocupante" da criminalidade leva Governo a mudar de estratégia

JUSTIÇA Dados do *Relatório Anual de Segurança Interna* (*RASI 2023*) justificam "alterações às orientações estratégicas" para aplicação já este ano.

O último *Relatório Anual de Segurança Interna* (*RASI*), o de 2022, indicava um aumento de cerca de 14% quer na criminalidade geral, quer na violenta e grave. E os dados revelavam uma tendência. Tinha subido a criminalidade grupal tinha subida 18%, a delinquência juvenil (+50,6%), a violência domestica 15%, havido mais homicídios, mais violações (+30,7%) , mais ofensas à integridade física graves, mais roubos na via pública (+ 21,1%) e mais crimes de extorsão (+49,9%) e notava-se um "fascínio" dos jovens portugueses pelo jihadismo.

Os dados do *RASI2023* ainda não são públicos, mas já se sabe que, por exemplo, a criminalidade grupal voltou a aumentar (+14,6%) e que esta subida é a mais alta na última década.

O Governo, que recusa por agora divulgar informação sobre o *RASI 2023*, diz ter constatado "um aumento preocupante de algumas tipologias de crime registados" e que vai "nessa sequência (...) introduzir algumas alterações às orientações estratégicas para o corrente ano, em linha com o Programa do Governo".

"Estas estão a ser preparadas [orientações] que serão integradas na versão final do *RASI* a aprovar no Conselho Superior de Segurança Interna, após o que será entregue na Assembleia da República para a respetiva apreciação", revelou o Ministério da Administração Interna.

O *Expresso* noticiou que o *RASI2023* aponta para um aumento do crime de tráfico de pessoas e para a crescente violência das redes criminosas, precisando que o auxílio à imigração ilegal preocupa as polícias, sobretudo em setores como a agricultura e o futebol.

Os crimes de corrupção aumentaram 30% em 2023, tal como o número de titulares de cargos políticos constituídos arguidos por suspeitas de crimes de corrupção e prevaricação, que passaram de cerca de 30, em 2022, para 50 em 2023.

A Lusa, no final de março, tinha já noticiado que os crimes registados pelas polícias portuguesas aumentaram cerca de 8% no ano passado em relação a 2022 e atingiram os valores mais elevados em 10 anos, totalizando 371 995, segundo estatísticas da Direção-Geral de Política de Justiça.

A.C.

Ventura ameaça com moção de censura

O presidente do Chega garante que apresentará uma moção de censura ao Governo caso Luís Montenegro avance com algum tipo de indemnização às ex-colónias.

Esta posição foi defendida por André Ventura no Parlamento, depois de na terça-feira, durante um jantar com correspondentes estrangeiros em Portugal, o Presidente da República ter afirmado que Portugal deve "assumir a responsabilidade total" pelo que fez no período colonial e "pagar os custos".

"No dia em que este Governo português der a compensação que seja, ou a indemnização que seja a um antiga colónia, desonrando brutalmente a nossa História, podem ter a certeza de uma coisa: a moção de censura ao Governo entra nesse dia", assegurou.

Para o líder do Chega, esta possibilidade violaria "brutalmente os deveres que o Governo e o PR têm [para] com a sua pátria".

Na sessão solene comemorativa do cinquentenário do 25 de Abril de 1974, na Assembleia da República, o chefe de Estado ouviu críticas, sobretudo do Chega, mas também de Iniciativa Liberal e CDS-PP, por ter defendido esta possibilidade.

O preso político que chegou a casa (e à boleia) dois dias depois do 25 de Abril

MEMÓRIA Condenado por distribuir folhetos anticolonialistas, José Iglésias estava na Fortaleza de Peniche, onde foi decidido que "ou saem todos ou não sai ninguém" quando não quiseram libertar condenados por crimes de sangue. Meio século depois, diz que "voltava a fazer o mesmo".

TEXTO **LEONARDO RALHA**

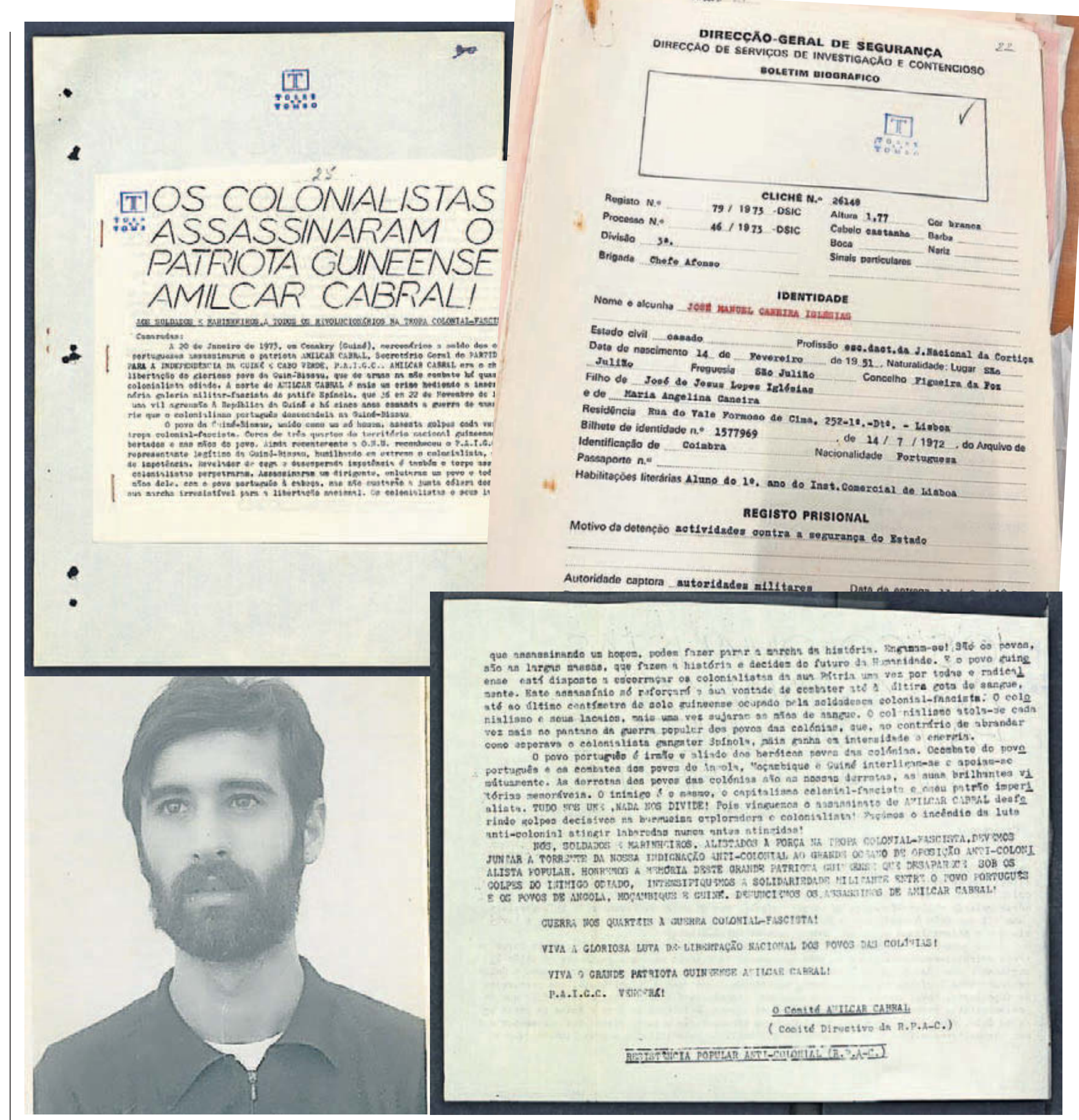


O primeiro sinal de que 25 de abril de 1974 não seria apenas um dia mais para quem cumpria pena na Fortaleza de Peniche foi o silêncio. Mais precisamente, a ausência do aparelho de rádio, que os guardas costumavam ligar às primeiras horas da manhã na sala de convívio do Pavilhão B, permitindo que os presos políticos ouvissem a emissão da Renascença.

Quando José Iglésias e os restantes prisioneiros saíram das celas individuais, às sete da manhã, estranhando a falta de ruído, já a coluna liderada por Salgueiro Maia chegara ao Terreiro do Paço. E, mesmo ali em Peniche, forças do Movimento das Forças Armadas posicionavam-se para tomar de assalto a fortaleza e libertar os 36 presos políticos que lá se encontravam. Mas os elementos da Direção-Geral de Segurança (DGS), designação que a PIDE recebera na fase final do Estado Novo chamada Primavera Marcelista, não queriam render-se, tal como na sede de Lisboa, de onde viriam no final do dia a disparar sobre a multidão concentrada na Rua António Maria Cardoso, matando quatro pessoas.

Nada disto poderia imaginar, ao acordar nessa quinta-feira, quem meio século depois recorda esses dias ao DN, a poucos metros do local onde foi detido pela PSP, na Rua do Sol ao Rato, a 6 de fevereiro de 1973, quando distribuía um comunicado a convocar uma manifestação anticolonialista. José Iglésias, que tinha apenas 23 anos ao recuperar a liberdade, tinha sido condenado a três anos de prisão e à perda de direitos políticos por 15, por atividades contra a segurança do Estado, mas aguardava um segundo julgamento que lhe poderia valer mais 10 a 12 anos de prisão. Era acusado de ter sido autor moral de um assalto para obter equipamentos de impressão.

As dúvidas não tardaram a dissipar-se em Peniche. Um dos guardas confirmou a outro preso, Rui d'Espiney – que, tal como Fernando Martins Rodrigues, foi preso pela execução de Mário Mateus, infiltrado da PIDE no Comité Marxista-Leninista Português –, que ocorrera um golpe de Estado. "Ficámos preocupados e reunimos para ver o que a gente havia de fazer. Passado um bocado, ligámos a televisão da sala de convívio. Nós é que a ligávamos e eles esqueceram-se de retirar a antena. Quando chegou a hora da emissão, vimos as notícias", recorda José Iglésias, sem evitar rir-se do absurdo da situação. Os comunicados lidos nos estúdios da RTP retiraram qualquer hipótese de ser uma iniciativa de "ultras", como o general Kaúlza de Arriaga, descontentes com a relativa abertura do regime preconizada por Marcello Caetano.



OS COLONIALISTAS ASSASSINARAM O PATRIOTA GUINEENSE AMILCAR CABRAL!

GUERRA NOS QUARTÉIS À GUERRA COLONIAL-FASCISTA!

VIVA A GLORIOSA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DOS POVOS DAS COLÓNIAS!

VIVA O GRANDE PATRIOTA GUINEENSE AMILCAR CABRAL!

P.A.I.G.C. VENCERÁ!

O Comité AMILCAR CABRAL
(Comité Directivo da R.P.A-C.)

RESISTÊNCIA POPULAR ANTI-COLONIAL (R.P.A-C.)

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E CONTENCIOSO
BOLETIM BIOGRAFICO

CLICHÉ N.º 26148
Registo N.º 79 / 1973 -DSIC
Processo N.º 46 / 1973 -DSIC
Divisão 3ª.
Brigada Chefe Afonso
Altura 1,77 Cor branca
Cabelo castanho Barba
Boca Nariz
Sinais particulares

IDENTIDADE
Nome e alcunha JOSÉ MANUEL CANEIRA IGLÉSIAS
Estado civil casado Profissão esc.dact.da J.Nacional da Cortiça
Data de nascimento 14 de Fevereiro de 19 51 Naturalidade: Lugar São Julião Freguesia São Julião Concelho Figueira da Foz
Filho de José de Jesus Lopes Iglésias
e de Maria Angelina Caneira
Residência Rua do Vale Formoso de Cima, 252-1º.-Dtº. - Lisboa
Bilhete de identidade n.º 1577969 de 14 / 7 / 1972 do Arquivo de Identificação de Coimbra
Nacionalidade Portuguesa
Passaporte n.º
Habilitações literárias Aluno do 1º. ano do Inst.Comercial de Lisboa

REGISTO PRISIONAL
Motivo da detenção actividades contra a segurança do Estado
Autoridade captora autoridades militares

José Iglésias estava prestes a celebrar o 22.º aniversário quando foi preso pela PSP, ao ser surpreendido a distribuir um comunicado a convocar uma manifestação anticolonialista. Condenado a três anos de prisão, foi levado para Peniche, de onde só pôde sair na madrugada de 27 de abril de 1974.

Outro guarda revelou que o diretor da Fortaleza de Peniche resistia à ideia da rendição. "Aí tivemos receio, desmontámos algumas portas de celas e barricámo-nos, para nos tentarmos proteger", explica Iglésias, que trocara a Figueira da Foz por Lisboa para estudar no Instituto Comercial, envolvendo-se na contestação à ditadura. Integrava os Comités de Luta Anti-Colonial e a Resistência Popular Anti-Colonial, enquanto cumpria serviço militar no Quartel do Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro, temendo que, também para si, a Guerra do Ultramar se tornasse uma realidade muito em breve.

Torturado em Caxias

Estava a distribuir propaganda do Comité Amílcar Cabral da Resistência Popular Anti-Colonial, junto ao Hospital Militar, na Estrela, quando foi surpreendido pela PSP. Sebastião Lima Rego, que seguia consigo, foi logo capturado, mas Iglésias fugiu a correr pelas ruas de Campo de Ourique, enquanto a polícia disparava tiros de pistola, e só foi apanhado, quase no Largo do Rato, porque um transeunte o derrubou. Ainda esteve sob custódia militar, no seu quartel, tendo planos de fuga e passagem à clandestinidade – não seria a primeira vez, pois já o fizera aquando da detenção de membros de organizações a que pertencia –, mas o amigo que o iria auxiliar também foi detido, pelo que acabou en-



José Iglésias, fotografado nesta semana na Rua do Sol ao Rato, em Lisboa, onde foi detido em 1973.

LEONARDO NEGRÃO /GLOBAL IMAGENS

tregue pela Polícia Militar à DGS, seguindo para Caxias.

Por lá encontrou o inspetor Inácio Afonso, conhecido pela alcunha "Cavaleiro Branco" por não deixar marcas nos presos políticos. Submetido à tortura do sono por dez dias, com safanões para se manter acordado, não tardou a sofrer as consequências. "Tinha visões, como é normal. E ao fim de dez dias comecei a urinar sangue. Deixaram-me a descansar por um dia e depois foram mais seis de interrogatório e três meses num quarto isolado", relata, admitindo que "evidentemente foi melhor, apesar de não me dar bem com todos", passar para uma cela coletiva, dividida com outros opositores ao regime, antes de ser condenado e transferido para o 2.º andar do Pavilhão B da Fortaleza de Peniche, com uma cela só para si e liberdades de circulação inexistentes em Caxias, onde mais não tinha do que um recreio rodeado de muros para apanhar sol.

E ainda havia a televisão na sala de convívio, na qual pôde assistir à proclamação da Junta de Salvação Nacional. Mas lá dentro também havia notícias. "Soubemos que estava tudo resolvido e que nos iam soltar", diz o antigo prisioneiro político, pai do deputado do PS Miguel Iglésias. Só que houve uma reviravolta quando se soube que não iriam sair três dos prisioneiros, cuja libertação era vetada pelo líder do Movimento das Forças Armadas, António de Spínola. Além de Rui d'Espiney e Fernando Martins Rodrigues, estava em Peniche Filipe Viegas Aleixo, envolvido no sequestro do paquete "Santa Maria", no qual fora morto o terceiro piloto, João José Nascimento Costa.

O impasse marcou os dias 25 e 26, com a solidariedade a sobrepor-se à "ansiedade muito grande" de quem se recorda "vagamente" de não ter comido nada ao longo desse tempo. "No nosso piso, dissemos que 'ou saem todos ou não sai ninguém'", recorda quem só transpôs os portões da Fortaleza cerca da uma da manhã de 27 de abril.

Parte da população de Peniche e familiares dos prisioneiros estavam lá fora, à espera que a situação se resolvesse – os últimos prisioneiros só saíram por volta das três da madrugada –, mas Iglésias não tinha ninguém. Valeu-lhe outro preso, Tomás, que era das Caldas da Rainha e perguntou, candidamente, ao seu pai: "Não te importas de o levar à Figueira da Foz?" Assim sucedeu. "Foram espectaculares. Fui com eles até às Caldas, deixaram lá o filho, e o pai foi levar-me. Devo ter chegado às seis ou sete da manhã."

Chinelo no Parque Mayer

José Iglésias, que já tinha perdido a mãe, foi bem acolhido pela família. E, mesmo com Lisboa a fervilhar com a atividade política que lhe custara mais de um ano de liberdade, preferiu ficar na terra natal. "Arranjei emprego e construí a minha vida", conta quem mais tarde voltaria à capital, para onde tinham sido levados os haveres deixados pelos presos de Peniche. Na madrugada da libertação saíra "com a roupa que tinha e pouco mais", mas quando chegou à sala do Parque Mayer, onde "estava tudo espalhado", mais não encontrou além de um chinelo.

Também caricato foi outro problema. Três ou quatro anos após o 25 de abril de 1974, quando quis tirar a carta de condução, precisou da caderneta militar. E o sargento que o atendeu, ao procurar o seu processo, disse-lhe qua tinha dois problemas. "O primeiro é que tinha sido despromovido, mas que podia recorrer. Disse-lhe que não era preciso, e que até ficava bem no currículo. O segundo é que havia um processo, pois tinham andado à minha procura", relata, satisfeito por acrescentar que não sofreu qualquer consequência por não terminar o serviço militar que deixara a meio.

Sobre a militância que lhe custou mais de um ano de liberdade, Iglésias tem a dizer que não tem arrependimentos. "Voltaria a fazer o mesmo. Nós queríamos a liberdade, queríamos acabar com a Guerra Colonial, queríamos um país onde pudéssemos todos viver. E acho que isso tudo foi conseguido."



Opinião
Viriato Soromenho-Marques

Justiça e banalidade do mal

Começou dia 22, no Campus da justiça em Lisboa, o julgamento de 11 apoiantes do movimento Climáximo, que reúne cidadãos, na maioria jovens, ativamente empenhados na luta contra as alterações climáticas.

Algumas das suas ações situam-se na controversa área da desobediência civil, teorizada pelo pensador norte-americano H. D. Thoreau (1817--1862) e posta em prática com especial veemência, na luta pela independência da Índia, por M. Gandhi (1869-1948).

A desobediência civil consiste numa violação complexa e problemática – sobretudo para os magistrados encarregues da sua análise e decisão judicial – de leis que não ocupam a primeira fila na hierarquia constitucional. Estes ativistas bloquearam em dezembro passado, durante alguns minutos, a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, e são acusados de crimes de desobediência e "interrupção das comunicações". A complexidade do caso reside, entre outros aspetos, no facto de os ativistas justificarem essa perturbação do direito à livre circulação rodoviária no quadro da defesa de um direito de muito maior amplitude e alcance, a saber, o da defesa da vida: da sua e da de todos aqueles que nas próximas décadas estarão condenados a sobreviver numa Terra ameaçada pela desordem climática, cuja crescente expansão e gravidade é pública e notória.

A desobediência tem, assim, várias componentes: estabelece um conflito entre leis de diferente valor hierárquico; desperta, epistémica e eticamente, as vítimas dessa transgressão para as consequências negativas que o usufruto do direito violado comporta (a mobilidade hoje continua a ser uma das causas maiores das emissões de carbono); finalmente, formula uma crítica política e económica, aos Governos e empresas que perseguem políticas e negócios lesivos para o ambiente e clima, apesar de uns e outras terem informação bastante do processo de degradação ambiental e climática com expressão à escala planetária.

Estas ações, que ocorrem pelo mundo fora, podem merecer críticas de vária ordem. Por vezes, podem provocar destruição de bens ou causar alguma lesão, embora involuntária, na integridade física de pessoas. No plano conceptual, as palavras de ordem tendem a ser simplistas (as alterações climáticas são graves, mas fazem parte de uma questão ainda maior e plurifacetada que é a crise ambiental) e irrealistas (quando pedem o abandono das fontes fósseis de energia em prazos inviáveis). Todavia, no seu âmago, estes protestos, além de corajosos são corretos e, por isso, é que são tão incómodos.

Eles denunciam uma realidade nova na história humana: a perda da inocência quanto ao modo de habitar a nossa casa planetária. Tudo aquilo que hoje fazemos para aumentar a nossa abundância material, tende a ser subtraído, não só aos recursos daqueles que hoje são menos favorecidos, mas sobretudo ameaça a possibilidade geral de uma vida humana em condições de segurança e dignidade num futuro cada vez mais próximo.

Pela denúncia que fazem da incapacidade coletiva de alterar o presente modelo de civilização, a começar pela natureza predatória do hipercapitalismo, os ativistas climáticos constituem um incómodo moral para aqueles que gostariam de gozar tranquilamente essa espécie de *grande bouffe* em que se transformou a vida das elites contemporâneas.

Esse "talento" cultivado de não pensar no significado e consequências objetivas e éticas do nosso modo de vida é aquilo que Hannah Arendt designou como banalidade do mal. Talvez a maior pandemia contemporânea.

Professor universitário

Fisioterapeutas querem integrar equipas de emergência e catástrofe, como recomenda OMS

MUDANÇA Portugal é dos países onde a Fisioterapia não pode intervir em certos contextos. No entanto, o país é agora pioneiro nesta área ao criar uma pós-graduação com o aval da OMS. "É preciso mudar o paradigma", defende Carla Gentil Homem, coordenadora da formação.

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem vindo a recomendar aos fisioterapeutas que se preparem, de acordo com os percursos formativos dos seus países, para poderem integrar as equipas multidisciplinares que atuam em contextos de emergência, catástrofe e ação humanitária. No Reino Unido, Austrália e Países Baixos tal já é possível, em Portugal ainda não. Pelo contrário, "no nosso país ainda há uma noção e uma perspetiva que diminui a Fisioterapia no que é a sua ciência, a sua área de estudo e de intervenção", explica Carla Gentil Homem , fisioterapeuta, diretora de um centro de atividade nesta área e coordenadora da primeira pós-graduação na Europa em Fisioterapia em Contexto de Emergência, Catástrofe e Ação Humanitária, defendendo mesmo: "É preciso mudar o paradigma."

Uma mudança que ainda é mais importante agora, porque Portugal se tornou país pioneiro na formação com a primeira pós-graduação europeia nesta área – que está a ser ministrada desde o dia 11 de abril, terminando no final do ano, na Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSAlcoitão), da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) – com o aval da OMS. Neste momento, integra 21 alunos, já tem lista de espera para o próximo ano e a própria OMS já lançou o desafio para que esta se multiplique por outros países.

Mas por que não muda o paradigma em Portugal? Carla Gentil explica: "Há uma grande dualidade no conceito de emergência médica, o de vida ou morte, o que faz com que só estejam presentes nestes contextos profissionais que são formados declaradamente para salvar vidas". Mas a própria OMS "já contraria este conceito, demonstrando o quão errado e desatualizado está", argumenta, exemplificando: "Na pandemia todos percebemos que não bastava salvar vidas, que não bastava ter um coração a bater para se salvar e recuperar uma vida. É um facto que os fisioterapeutas não usam uma prática invasiva, não intubam doentes, mas o movimento faz parte da vida e a Fisioterapia é a ciência especialista nesta área. E quanto mais precocemente intervirmos nos doentes que perdem a locomoção, seja por causa da covid-19, por um acidente de viação, um acidente vascular cerebral, uma cirurgia, paragem cardíaca ou por qualquer outra situação em que o movimento é interrompido, maior é a capacidade de sucesso de recuperação desse doente. E quando falamos em salvar vidas e em recuperação falamos na reintegração do doente na família, no trabalho e na sociedade", sublinha a técnica de 52 anos, que diz ser fisioterapeuta por paixão e por vocação. "É a única profissão em que me vejo a trabalhar."

Foi através desta paixão que decidiu investir na sua formação e avançar para a realização de um mestrado na ESSAlcoitão e escolher uma área para a sua tese, que tinha já identificado como uma falha a nível nacional, e que era precisamente, a integração de fisioterapeutas em equipas multidisciplinares.



REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

Carla Gentil é fisioterapeuta. A sua tese de mestrado foi a inspiração para a nova pós-graduação.

> *"Na pandemia todos percebemos que não bastava ter um coração a bater para salvar e recuperar uma vida. É um facto que os fisioterapeutas não usam uma prática invasiva, não intubam doentes, mas o movimento faz parte da vida e a Fisioterapia é a ciência especialista nesta área."*

Foram mais de dois anos e meio de trabalho em que "quis saber por que estava vedado a nossa intervenção na emergência médica, nas catástrofes e, consequentemente, na ação humanitária. O que poderia estar a faltar na formação académica dos fisioterapeutas era uma das questões, outra era perceber até que ponto fazia sentido investir nesta formação para que pudéssemos fazer parte destas realidades. E fomos fazer um estudo sobre o que se passava nos outros países: no final, percebemos que o que faz falta é um outro conceito sobre a Fisioterapia, como ciência autónoma e com competências próprias para ser uma profissão também autónoma."

Aliás, é desta tese que sai a ideia de se passar à criação da pós-graduação já considerada pioneira. Mas, explica, "não se trata de querermos trabalhar sozinhos, nem de substituir nenhum outro profissional, o que queremos é autonomia na nossa prática e ser parte integrante das equipas multidisciplinares, porque temos um contributo a dar que tem vindo a ser evidenciado e demonstrado pela própria OMS".

Por exemplo, "neste momento, já não se ouve falar de covid-19, mas os fisioterapeutas continuam a trabalhar diariamente com estes doentes, dado o impacto das sequelas". Só por isto "o fisioterapeuta deveria ter lugar na situação emergente, porque pode identificar situações e propor intervenções".

Outro contributo que Carla Gentil Homem destaca como evidente é na área do Desporto. "Já se percebeu que é extremamente importante o contributo do fisioterapeuta na melhoria da *performance* de um atleta, quer seja pela diminuição de lesões ou pela recuperação precoce destas", dizendo mesmo, em tom de brincadeira: "O Cristiano Ronaldo não vai de férias sem o seu fisioterapeuta. E no Reino Unido, quando um jogador de futebol vai ao chão o primeiro a entrar no relvado é o fisioterapeuta", afirma.

Em Portugal, ainda não é assim, no Desporto, nas unidades de saúde, ou nos Serviços de Urgência, o que para Carla Gentil Homem "teria muitas vantagens e menos custos na recuperação dos doentes e para o sistema. Podíamos estar a apoiar a área da Ortopedia, por exemplo". Mas não só.

"Quantas vezes nos centros em que trabalho recebemos telefonemas de familiares de doentes vítimas de AVC a dizer que este vai ter alta e que precisa de cuidados de fisioterapia. E nós temos de explicar que primeiro tem de ir ao médico de família, pedir uma credencial, depois a uma consulta de Fisiatria no hospital e só depois chega aos cuidados de fisioterapia. Quando o doente começa a fazer a sua recuperação já perdemos muito tempo e isto tem os seus custos para o doente e para o sistema."

Carla Gentil diz ao DN que há cerca de 13 mil profissionais inscritos na Ordem dos Fisioterapeutas, mas, destes, só 1200 estão no Serviço Nacional de Saúde e isto "também deveria mudar para o bem dos doentes e para a redução de custos e de tempos de espera no acesso a cuidados de saúde".

A técnica, que diz que nunca irá desistir desta sua paixão, reconhece que "a Fisioterapia é uma profissão recente, a nossa ordem existe apenas desde 2019. Até aqui era preciso regulamentar a profissão para que ficasse bem definido o ato do fisioterapeuta, mas os passos seguintes têm de ser no sentido de defender a profissão junto de quem de direito e de nos fazermos ouvir como um contributo positivo para a melhoria das condições de saúde".

anamafaldainacio@dn.pt



Ministra Ana Maria Martins (*de branco, ao centro*) recebeu sindicatos do setor da Saúde.

MIGUEL A. LOPES / LUSA

Médicos alertam para verão difícil "se nada for feito"

SNS Sindicatos elogiam postura da nova ministra, mas esperam medidas rápidas. Maioria dos médicos já atingiu as 150 horas extras nas Urgências.

TEXTO **RUI FRIAS**

Depois das associações de doentes e das ordens profissionais, foi ontem a vez de os sindicatos reunirem com a nova ministra da Saúde, Ana Maria Martins. No final, entre elogios à abertura negocial demonstrada pela nova titular da pasta, ficou também o repto sobre a necessidade de "respostas rápidas" para o Serviço Nacional de Saúde, com a Federação Nacional dos Médicos (Fnam) a avisar que a maioria dos clínicos das Urgências já ter esgotado as 150 horas extraordinárias obrigatórias. Pelo que, "se nada for feito, teremos um verão muito difícil à porta", alertou a presidente da Fnam.

Joana Bordalo e Sá avisou que se não existirem medidas concretas para conseguir fixar os médicos no Serviço Nacional de Saúde, os constrangimentos que se observaram no ano passado, com Serviços de Urgência fechados, vão voltar a acontecer no verão.

"Sabemos que as Urgências continuam caóticas, que faltam os médicos de família. Portanto, a Saúde não pode mesmo esperar", afirmou no final do encontro com a equipa ministerial.

A líder da Fnam adiantou que já há médicos a entregar minutas de recusa em relação ao trabalho extraordinário. "Ainda não são muitas, mas há médicos que efetivamente estão a cumprir com o dever de não fazer mais do que 150 horas extraordinárias", adiantou, salientando que "abril e maio são meses muito decisivos".

Questionada se houve abertura por parte da tutela em relação a um aumento salarial de 30%, Joana Bordalo e Sá disse que, pelo menos, houve "abertura para ouvirem as propostas". Mas a líder sindical ressalvou que não se trata apenas de uma questão de grelha salarial e apontou a questão das condições de trabalho, o regresso às 35 horas semanais ou a integração dos médicos internos, que são um terço da força de trabalho médico no SNS, na carreira, o que não tem qualquer tipo de impacto orçamental.

Da parte do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), o secretário-geral Nuno Rodrigues anunciou que o protocolo para iniciar as negociações com o Governo será assinado em maio (até dia 27), segundo compromisso da tutela, esperando que ainda este ano se concretize um calendário de melhoria das condições de trabalho dos médicos.

"Esta foi uma primeira reunião de apresentação da ministra da Saúde e conseguimos pelo menos que realmente fosse concretizada desde já a marcação para o próximo mês se formalizar o protocolo negocial", que deve traduzir-se "em expectativas, deve ser transparente e deve trazer tranquilidade" aos médicos, para que saibam com o que podem contar nos próximos anos, referiu.

Sindicato de Enfermeiros avança com greve

Entre os enfermeiros, houve sensações díspares. Cinco dos sindicatos, associados numa plataforma, saudaram a abertura da ministra ao diálogo, tendo desconvocado uma greve de cinco dias marcada para o final de abril e início de maio.

Mas um outro, o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, avançou que vai manter uma greve nacional convocada para 10 de maio, afirmando que os enfermeiros "querem respostas muito mais cedo".

"O Ministério da Saúde não assumiu o compromisso de, até ao dia 10 de maio, fixar o conjunto das matérias a negociar, dos tópicos a negociar e da agenda negocial", disse o presidente do SEP, José Carlos Martins. "Os problemas são tão conhecidos e tão graves, há tantas injustiças e tanta discriminação, que os enfermeiros querem respostas muito mais cedo", salientou.

Com **LUSA**

Fecho de escolas em agosto não muda férias de funcionários

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) esclareceu ontem que a possibilidade de as escolas encerrarem durante uma semana em agosto não implica a alteração de férias dos trabalhadores docentes e não-docentes. Em agosto, as escolas vão poder fechar portas, em articulação com a respetiva autarquia, durante uma semana entre os dias 12 e 23 de agosto, segundo um despacho publicado na semana passada, em que o MECI refere a necessidade de "compensar a intensidade e a exigência das tarefas" na reta final do ano letivo. A decisão mantém uma prática criada pelo anterior Executivo, mas levantou dúvidas a alguns trabalhadores a quem está a ser pedido que alterem as suas férias para acomodar a suspensão das atividades.

Em comunicado, o Sindicato de Todos os Profissionais da Educação (Stop), que relatou a situação, refere que, "como o ministro deu autonomia às escolas (em articulação com as câmaras) para aplicar as diretrizes do despacho, isto está a permitir grandes injustiças na sua aplicação e a questionar a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos profissionais da Educação".

Questionado pela Agência Lusa, o gabinete do ministro Fernando Alexandre esclarece que "a eventual suspensão das atividades não está relacionada com o gozo de férias dos docentes e não-docentes, nem altera o respetivo regime".

"No caso do pessoal não-docente, (a suspensão) terá ainda de ser articulada com as autarquias, de forma a que as escolas tomem as decisões que considerem mais adequadas para salvaguardar o correto funcionamento dos serviços", acrescenta a tutela.

O despacho ressalva que as escolas devem, no entanto, assegurar quaisquer atividades relativas às provas finais e aos exames finais nacionais. **DN/LUSA**

BREVES

Eleições para o Supremo já têm três candidatos

O vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Nuno Gonçalves, é candidato à presidência deste mesmo tribunal nas eleições de 15 de maio, juntando-se às candidaturas dos juízes conselheiros José Sousa Lameira, Leonor Furtado e Graça Amaral. Contactado pela Lusa, o gabinete de imprensa do STJ confirmou a candidatura do juiz conselheiro, de 67 anos, que está na vice-presidência deste órgão de soberania desde 2021, acumulando ainda com a presidência da secção de contencioso e Tribunal dos Conflitos. Segundo a carta de apresentação de Nuno Gonçalves aos seus colegas conselheiros, a que a Lusa teve hoje acesso, o magistrado compromete-se a ser um "presidente firme e coerente na defesa do estatuto" do STJ, "sendo incansável na defesa intransigente" da classe, dos direitos e deveres dos juízes e na luta pela melhoria das condições de trabalho.

Pedrógão contra central solar flutuante

A Câmara de Pedrógão Grande deu ontem parecer negativo à instalação de uma central solar flutuante perto da Barragem do Cabril, considerando que terá um "gravíssimo impacto negativo" no concelho. "A instalação do projeto da central fotovoltaica flutuante de Cabril terá um gravíssimo impacto negativo no Concelho de Pedrógão Grade e nos territórios (concelhos vizinhos)", lê-se num documento elaborado pelos serviços municipais. O projeto abrange Pedrógão Grande (Distrito de Leiria), Sertã (Castelo Branco) e Pampilhosa da Serra (Coimbra), concelhos que partilham a albufeira de Cabril. Segundo o documento, inerente à central fotovoltaica flutuante vai ser executada uma linha elétrica aérea com cerca de 36 quilómetros, abrangendo vários concelhos.



Alguns residentes, como Márcia Maju, vão arrendar um terreno.

Carcavelos. Moradores de tendas da Quinta dos Ingleses têm de sair até 31 de maio

AVISO Foi a dona dos terrenos, a entregar o aviso em mãos. Ali irá nascer habitação de luxo, hotéis e um parque urbano.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

A Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, começou a ser vedada em finais de março. Na altura, as cerca de 40 pessoas que ali vivem, em tendas e rulotes, estranharam e desconfiaram que, em breve, teriam de abandonar o local. Essa data chegou: 31 de maio. Foi a construtora Alves Ribeiro, proprietária dos terrenos, que avisou os moradores, na manhã de ontem, sexta-feira, 26 de abril. "Passaram em todas as tendas e caravanas", revela ao DN Andreia Costa, 50 anos, marceneira e funcionária de um Alojamento Local, que ali tem vivido, numa tenda.

Funcionários da construtora Alves Ribeiro entregaram um comunicado aos residentes. "Como é do conhecimento geral, irão brevemente iniciar-se nesta propriedade privada as obras (...)", pode ler-se no papel que foi entregue a todos. "Assim sendo, solicitamos a todos os(as) senhores(as) ocupantes da propriedade a respetiva retirada da mesma, bem assim como dos respetivos bens, até ao próximo dia 31 de maio de 2024."

Gerou-se algum alvoroço. "Vou ali ver dois ucranianos que não falam nem inglês, nem português", avisava Andreia Costa, munida de uma aplicação de tradução automática, no telemóvel. "Não faço ideia para onde irão, coitados. Fogem de uma guerra e enfrentam outra aqui", acrescentava a cidadã brasileira, que contava que os ucranianos tivessem "apoio diplomático".

Após falar com os vizinhos ficou ainda mais preocupada. "Eles são desertores, deveriam estar na guerra. Por isso refugiaram-se cá e não procuram esses auxílios."

Algumas das pessoas que ali têm morado contaram ao DN já terem um "plano B", que começou a ser pensado assim que viram a propriedade a ser vedada. "Estamos a ver o arrendamento de um terreno, eu e mais cinco pessoas daqui. Vamos arrendar esse terreno", contou, no início de abril, Andreia Costa.

"Estamos a ver uma renda entre 350 a 500 euros, para dividirmos entre todos. Dois dos terrenos, que temos andado a ver, ficam em Sintra; o outro é um pouco mais longe, em Odivelas". Agora, a necessidade de decidir para onde ir é urgente.

Porém, há residentes que não têm solução. Ricardo Oliveira, 58 anos, é jardineiro, mas está desempregado. "Vivo no Concelho de Cascais desde que nasci. A minha família faleceu e a senhoria despejou-me", partilha Ricardo. O homem está inscrito, na Câmara Municipal de Cascais, para aceder a uma habitação social. Só que poderá não ser para breve.

"Estou inscrito há bastante tempo mas vim a descobrir que anularam as inscrições todas que estavam feitas para habitação social. Agora tem de se fazer o processo todo de novo, já tenho os papéis todos para entregar outra vez."

Isabel Alpoim, 58 anos, que venceu um cancro da mama, também está inscrita para receber uma habitação social, em Lisboa. Com 580 euros de reforma por invalidez, desespera com a situação. "Podiam, em conjunto com a Câmara de Cascais, arranjar-nos um terreno com água e luz, que é o essencial, para nós podermos pôr as nossas tendinhas. Eles são poderosos", afirma, num último apelo ao município cascalense.

Na Quinta dos Ingleses irão erguer-se 850 apartamentos de luxo, três hotéis e um parque urbano.

Com **AMANDA LIMA**



Traficante de sonhos
António Brito Guterres

Colonialismo e reparações

A cidade tem as suas laranjeiras e felicitou-me com a sua presença diária. Dá para os cheiros, para as vistas e até para arrancar com o carro distraído, com algumas no *capot*, numa espécie de missão informal para as espalhar ainda mais.

De Lisboa até Valência, ou ao longo da bacia do Mediterrâneo, mesmo que não nos apeteça estudar História, percebemos pela paisagem análoga, que também pertencemos a esse mundo, de influência dos árabes que as trouxeram do oriente.

Ao contrário das nespereiras e das figueiras que atacamos vilmente assim que nos aparecem os frutos, porventura cedo demais, mas mesmo a tempo de nos anteciparmos aos vizinhos, nas laranjas bravas ninguém toca. Não sei se é conhecimento biológico ou informação genética, tão pouco me lembro de alguma vez as ter experimentado, mas há o saber coletivo de que não são comestíveis, são amargas.

Contudo, esses pequenos pomares de laranjeiras não deixam de impressionar quem passa pela cidade, desde a periferia, dos percursos migratórios até aos turistas.

Como vizinho de um desses pomares observo o espanto nas suas diversas versões. Os turistas atacam-nas instantaneamente, é uma surpresa de gestos instintivos, quer seja chegar às laranjas apenas esticando o braço ou saltando de imediato para o seu tronco. Já os não-brancos, sejam imigrantes ou portugueses, ficam a uma distância de possível dissimulação, olham para todo o lado para assegurar a inexistência de testemunhas, e só aí esticam o braço, no máximo saltam para as apanhar do galho, mas atacar o tronco é que nunca.

O resultado é sempre o mesmo: perceber que as laranjas não são comestíveis. Mas o mais importante aqui são os processos distintivos.

Observo isto diariamente, e faz-me lembrar a forma como os portugueses, em especial a partir das suas vozes mais mediáticas, se habituaram a achar que são bons integradores e acolhedores. Bons acolhedores desde que o trabalhador negro saia da cidade ao fim do dia e vá para a sua periferia, lá longe onde não o vemos. Desde que pare na passadeira para o carro do branco passar, e, essencialmente, desde que não levante a cabeça e não deixe de ser um "outro" para passar a ser um de nós.



Uma viagem cheia de "se's".

Poucos o notam ou declaram, mas a Lisboa pós-colonial tornou-se uma metrópole colonial, na forma e organização das suas gentes. Uma primeira leva deu-se ainda antes do 25 de Abril. Com boa parte da juventude fugida ou na guerra, o Governo português recorreu a "contratados" de Cabo Verde para as suas obras e serviços públicos. Muitos ficaram alojados em estaleiros de obras ou remendaram-se em diversos edifícios abandonados da cidade.

Depois do 25 de Abril, e como consequência da delapidação dos recursos por parte de Portugal dos territórios anteriormente colonizados, mas também das divisões das populações locais fomentadas para fortalecimento do poder colonial, dezenas de milhares, vindos dos novos países independentes, rumaram a Portugal e em especial para a Área Metropolitana de Lisboa.

Aqui, e na falta de alojamento, de um salário de qualidade, e de quem lhes alugasse habitações, improvisaram-nas, autoconstruídas, na periferia da cidade, onde fizeram família, a partir de onde construíram boa parte deste país… democrático.

Construíram com as mãos, mas também oferecendo à metrópole um contínuo de cosmos que a enriqueceu.

Mais tarde, grande parte desses bairros foram realojados, mas mantiveram-se segregados, através da política pública. E foi também assim que o estado contribuiu para um *continuum* colonial num Portugal democrático.

Na semana em que o Presidente da República voltou a falar, pelo segundo ano consecutivo, em reparações pelo colonialismo, lembro que essas reparações devem e podem ser feitas em vida – como regularmente assinala o activista José Baessa de Pina – nestes territórios periféricos, em Portugal.

Do ponto de vista interno, essa reparação é muito maior do que a revisão dos manuais escolares a partir de uma sala obscura do Ministério da Educação, ou pela inscrição histórica dessa presença nas ruas da cidade e até da devolução do que foi saqueado. Tem de passar por aí. Mas há muito por fazer nos territórios racialmente segregados da Área Metropolitana de Lisboa, que são o fim da linha no que respeita ao acesso de serviços e equipamentos culturais, de saúde, educação, sociais, de desporto e exercício de cidadania.

Reparação começa no acesso ao Portugal democrático, de igualdade e equidade dessas comunidades. E pela valorização máxima da sua potência.

Não sei por vós, mas eu, por mim, não paro enquanto não formos livres da mesma forma que apanhamos laranjas.

Investigador. Escreve ao abrigo da antiga ortografia.



Opinião
Anselmo Borges

Declaração sobre a dignidade humana. 2

Como vimos, segundo *Dignitas infinita* (*Dignidade infinita*), *Declaração* aprovada pelo Papa Francisco, a dignidade humana é "ontológica", inalienável.

Infelizmente, essa dignidade nem sempre é respeitada. E o documento dá exemplos de "violações graves": "Tudo o que atenta contra a própria vida, como todo o tipo de homicídio, o genocídio, o aborto, a eutanásia e o próprio suicídio deliberado", tudo o que atenta contra a integridade da pessoa, como as mutilações, as torturas infligidas ao corpo e ao espírito, as coações psicológicas, as condições de vida infra-humana, as detenções arbitrárias, a deportação, a escravatura, a prostituição, "as condições laborais ignominiosas, nas quais os trabalhadores são tratados como meros instrumentos de lucro, e não como pessoas livres e responsáveis.", a pena de morte — aqui, não posso deixar de lamentar que até muito recentemente o Catecismo da Igreja Católica a defendeu.

O documento, embora reconhecendo que há uma aspiração crescente para erradicar o racismo, a marginalização das mulheres, a xenofobia..., quer concretizar as violações. Assim, em síntese e com algumas observações pessoais:

O drama da pobreza. É preciso reconhecer que se trata de "um dos fenómenos que mais contribuem para negar a dignidade de tantos seres humanos", "constituindo mesmo uma das maiores injustiças do mundo contemporâneo".

A guerra. Com a sua loucura de destruição e dor, a guerra "atenta contra a dignidade a curto e a longo prazo". Ela é sempre uma "derrota da humanidade". E cada vez mais nos apercebemos de que está em curso "a terceira guerra mundial em etapas" e que podemos pôr fim à sobrevivência da humanidade e da casa comum.

A emigração. Os emigrantes "estão entre as primeiras vítimas das múltiplas formas de pobreza".

O tráfico de pessoas. "Uma vergonha para as nossas sociedades que se consideram civilizadas", "um crime contra a Humanidade", que desumaniza quem o leva a cabo.

Os abusos sexuais. É imperioso compreender que "todo o abuso sexual deixa profundas cicatrizes no coração de quem o sofre", causa "sofrimentos que podem ficar para a vida inteira e aos quais nenhum arrependimento pode pôr remédio".

Aqui, faço notar que só posso sintonizar com a medida de compensação financeira tomada pela Conferência Episcopal em relação a casos de pedofilia na Igreja.

A violência contra as mulheres. Desgraçadamente, trata-se de "um escândalo global". Impõe-se acabar com a discriminação: "É urgente alcançar em todas as partes a efectiva igualdade dos direitos da pessoa", incluindo a igualdade de salário para trabalho igual. Evidentemente, "nunca se condenará de forma suficiente o fenómeno do feminicídio".

Aqui, tenho de perguntar: quando começará a Igreja a respeitar a igualdade de direitos da mulher no seu seio?

O aborto. Para a Igreja, "a dignidade de todo o ser humano tem um carácter intrínseco e vale desde o momento da sua concepção até à sua morte natural". Lamenta a difusão de uma terminologia ambígua — para aborto, "interrupção da gravidez", que "tende a esconder a sua verdadeira natureza e a atenuar a sua gravidade na opinião pública".

Aqui, sublinho que há situações-limite e dramas brutais a não ignorar (em Portugal, o aborto é legal até às dez semanas), mas quero manifestar a minha oposição à inclusão do aborto como um direito na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

A maternidade de substituição. "Ofende gravemente a dignidade da mulher e da criança, e baseia-se na exploração da situação de necessidade material da mãe. Um filho é sempre um dom e nunca objecto de um contrato."

Pessoalmente, pergunto: que dizer na situação de uma mulher que quer muito ter um filho, não tem útero e uma familiar lhe empresta generosamente o seu?

Eutanásia e suicídio assistido. O documento sublinha a importância dos "cuidados paliativos apropriados e evitando qualquer encarniçamento terapêutico ou intervenção desproporcionada", mas é claro: "Não há condições na ausência das quais a vida humana deixa de ser digna e possa, portanto, suprimir-se" e acrescenta: "Ajudar o suicida a tirar a vida é uma ofensa objectiva contra a dignidade da pessoa que o pede."

Neste contexto, denuncia "o descarte das pessoas com deficiência".

A violência digital. Sublinha os benefícios das tecnologias digitais, ao mesmo tempo que chama a atenção para os seus imensos perigos: risco de dependência, notícias falsas, atentados à boa reputação, o *cyberbullying*, difusão da pornografia, exploração para fins sexuais ou jogos de azar. O ambiente digital pode tornar-se "um território de solidão, manipulação, exploração e violência, chegando até ao caso extremo de *dark web*".

Mudança de sexo. A *Declaração* pronuncia-se claramente contra a criminalização dos homossexuais: "Deve-se denunciar como contrário à dignidade humana o facto de, em certos lugares, muitas pessoas serem encarceradas, torturadas e mesmo privadas do bem da vida unicamente por causa da sua orientação sexual", como acontece em África, por vezes com apoio dos bispos.

Quanto à mudança de sexo, é necessário estar atento ao texto. De facto, vê nela uma ameaça à dignidade humana, mas não sem sublinhar: "como regra geral", deixando, portanto, espaço para casos particulares, o que, como nota o jornal *La Croix*, constitui "uma marca do Papa, que recebe regularmente grupos de pessoas transgénero.


ANDREAS SOLARO / AFP



Que dizer na situação de uma mulher que quer muito ter um filho, não tem útero e uma familiar lhe empresta generosamente o seu?"

Padre e professor de Filosofia.
Escreve de acordo com a antiga ortografia



DR/X/PSOE

Campanha nas redes sociais do PSOE na véspera de evento junto à sede do partido, em Madrid.

PSOE faz ato de apoio a Sánchez e Feijóo prepara-se para ser alternativa

ESPANHA Reunião do Comité Federal vai ser transmitida em ecrãs gigantes na rua frente à sede dos socialistas, sendo o encontro uma oportunidade de enviar "energia positiva" para o líder.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

Os socialistas tinham previsto para hoje uma reunião do Comité Federal do partido para discutir a lista de candidatos às eleições europeias. Mas diante da surpresa de quarta-feira, quando Pedro Sánchez anunciou que poderá deixar a chefia do Governo, o PSOE transformou esse encontro num grande ato de apoio ao primeiro-ministro. Na sede na Rua Ferraz, em Madrid, haverá ecrãs gigantes para se seguirem os trabalhos, que normalmente decorrem à porta fechada, sendo esperados autocarros com mlitantes vindos de todo o país.

À espera do que Sánchez possa anunciar na segunda-feira, depois de uma pausa de cinco dias a refletir sobre o futuro, o Partido Popular (PP) prepara-se para ser alternativa. "Estamos preparados para devolver a Espanha o que precisa, uma política à altura dos espanhóis e do grande país que é Espanha. Temos um projeto e além disso temos um presidente [Alberto Núñez Feijóo] que pode ser presidente de Espanha se todos os espanhóis quiserem", disse a secretária-geral do PP, Cuca Gamarra, num pequeno-almoço organizado pelo jornal *ABC*.

O primeiro-ministro surpreendeu na quinta-feira ao suspender a agenda para pensar, depois de o tribunal abrir uma investigação à sua mulher, Begoña Gómez, por suspeita de tráfico de influência e corrupção. Isto na sequência de uma queixa apresentada por um coletivo com ligações à extrema-direita, o *Manos Limpias*, sendo que ontem outros dois grupos radicais – *Hazte Oír* e *Liberum* – se juntaram ao processo. O primeiro-ministro acusa o PP e o Vox de o quererem destruir pessoal e politicamente. O Ministério Público pediu o arquivamento da queixa inicial, considerando não haver fundamento.

O líder socialista vai anunciar a sua decisão na segunda-feira, sendo que poderá optar por continuar à frente do Governo, submeter-se a uma moção de confiança no Congresso ou decidir simplesmente demitir-se. Neste último caso, o rei Felipe VI pode optar por, após uma ronda de consultas aos partidos, convidar outro socialista a formar Governo, sendo que este tem de passar depois pelo processo de investidura no Congresso.

A hipótese de eleições antecipadas está, no imediato, fora dos cenários, já que segundo a Constituição só podem ser convocadas um ano depois da última dissolução das cortes, que foi a 29 de maio do ano passado.

No PSOE, não se coloca outra opção que não seja a continuação de Sánchez à frente do Governo, razão pela qual transformaram a reunião do Comité Federal (órgão máximo do partido entre congressos) num ato de apoio massivo ao primeiro-ministro. Deixaram para terça-feira a decisão sobre as listas de candidatos às europeias de 9 de maio, sendo este sábado apenas confirmada a cabeça de lista Teresa Ribera (atual terceira vice-presidente do Governo e titular da pasta da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico).

A ideia do evento do Comité Federal, que vai decorrer em simultâneo com o que esperam ser uma grande manifestação de apoio às portas da sede do partido, será enviar "energia positiva" para Sánchez – que não estará presente. O mote desta campanha, que inundou as redes sociais socialistas, é "Claro que vale a pena" – o primeiro-ministro disse, na "carta à cidadania" que publicou no X que precisava de tempo para "responder à pergunta se vale a pena". E o *hashtag* "Pedro não te rendas".

Os discursos dos socialistas que vão intervir no Comité Federal, que normalmente decorre à porta fechada, vão ser transmitidos em ecrãs gigantes instalados na rua. E as federações regionais socialistas de todo o país puseram à disposição dos militantes autocarros gratuitos para quem quiser ir até ao ato de apoio a Sánchez em Madrid.

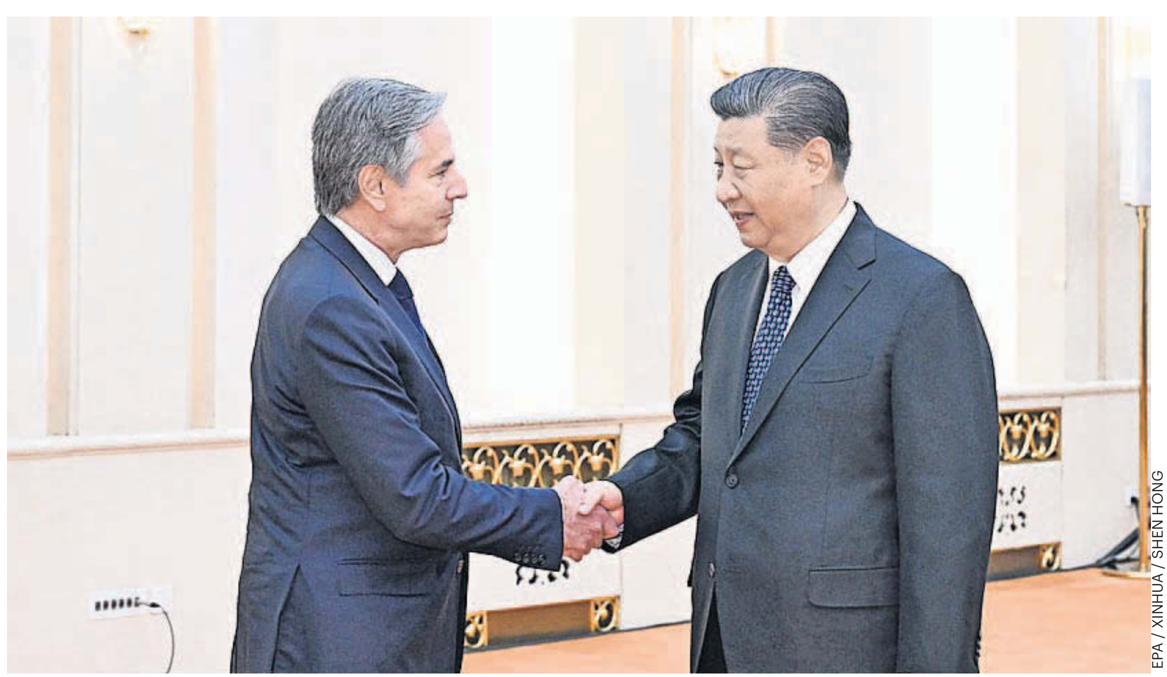
Não são só os socialistas que apoiam o primeiro-ministro. O Sumar, seu aliado no Governo, defendeu que é preciso "travar a deriva antidemocrática" que resulta do assédio de que são alvo os Governos progressistas em todo o mundo. "Um Governo eleito democraticamente deve cumprir o seu mandato", indicou o partido em comunicado, após um encontro liderado pela segunda vice-presidente do Governo, Yolanda Díaz.

Entretanto, o principal partido da oposição mantém os ataques ao primeiro-ministro. Depois de Feijóo o acusar de "montar um espetáculo de adolescente para que venham atrás dele a dizer para que não se vá e que fique", ontem foi a vez de o secretário-geral do PP de Madrid passar ao ataque. "Não se pode ter mão de ferro com uma mulher que não pode derrotar eleitoralmente", disse Alfonso Serrano, referindo-se às inúmeras polémicas em torno da presidente da Comunidade de Madrid, Isabel Díaz Ayuso. E, pelo contrário, "tratar com luvas de pelica" o caso que envolve a própria mulher. Serrano disse ainda ironicamente que se Ayuso tivesse tirado cinco dias sempre que foi acusada de alguma coisa, "teria tido um ano sabático".

susana.f.salvador@dn.pt

Apoio da esquerda mundial a Sánchez

As mensagens de apoio a Pedro Sánchez não chegam apenas de dentro, com vários líderes da esquerda mundial a pedirem também que não renuncie. O presidente brasileiro, Lula da Silva, por exemplo, falou ao telefone com o primeiro-ministro, reiterando que "a sua força e o seu papel são importantes para o seu país, para Europa e para o mundo". A Internacional Socialista, a que Sánchez preside desde novembro de 2022, também emitiu um comunicado a alegar que os "ataques maliciosos" da direita e da extrema-direita contra ele são "uma estratégia para debilitar a democracia e o Estado de Direito" e instando a não permitir que a difamação prevaleça. Em Portugal, o líder socialista, Pedro Nuno Santos, escreveu no X que teve oportunidade de "transmitir pessoalmente" a Sánchez a sua solidariedade: "A sua liderança contribui ativamente para as ótimas relações entre os nossos países e para uma Europa mais livre, mais justa e democrática."



Antony Blinken foi recebido ontem por Xi Jinping em Pequim.

China entre a preocupação dos EUA e as críticas à NATO

UCRÂNIA Zelensky insistiu ontem na necessidade de mais armamento, nomeadamente mísseis de longo alcance e sistemas de defesa aérea.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, transmitiu ontem ao presidente chinês, Xi Jinping, as preocupações de Washington sobre as posições de Pequim quanto à Ucrânia e à guerra com a Rússia, nomeadamente o fornecimento de materiais a Moscovo, incluindo máquinas-ferramentas e microeletrónica, que o líder russo, Vladimir Putin, utiliza para reforçar as defesas do seu país e as ações contra a Kiev.

"A Rússia teria dificuldade em manter o seu ataque à Ucrânia sem o apoio da China", afirmou Blinken aos jornalistas após a reunião com Xi em Pequim, numa citação divulgada pela AP. Para o líder da diplomacia dos Estados Unidos, "alimentar a base industrial de defesa da Rússia não só ameaça a segurança ucraniana, como também ameaça a segurança europeia", lembrando que "como já [disse] à China há algum tempo, garantir a segurança transatlântica é um interesse fundamental dos Estados Unidos". "Nas nossas discussões de hoje deixei claro que a China não aborda este problema."

Estas declarações foram feitas no dia em que Pequim tornou público que considera infundadas as críticas do secretário-geral da NATO, que acusou a China de estar a fornecer tecnologia militar à Rússia na campanha contra a Ucrânia.

Para o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Wenbing, os comentários de Jens Stoltenberg são "destinados apenas a desviar as culpas e a inflamar as tensões contra" a República Popular da China. "São acusações infundadas", acrescentou Wang, antes de garantir que o país "não é nem o criador, nem uma parte desta crise", referindo-se à guerra na Ucrânia.

A mesma fonte frisou que a China "não fornece material de armamento às partes em conflito e controla rigorosamente qualquer exportação" dos chamados "artigos de dupla utilização, como veículos aéreos não-tripulados" que podem ser usados tanto para fins civis como militares.

> Jens Stoltenberg descreveu como "perigosos e inaceitáveis" os alegados casos de espionagem pró-russa na Alemanha e no Reino Unido.

Stoltenberg também descreveu ontem como "perigosos e inaceitáveis" os alegados casos de espionagem pró-russa na Alemanha e no Reino Unido, e avisou que os aliados estão a coordenar a reação a atos hostis. "Temos de estar atentos às atividades secretas da Rússia no território da aliança", afirmou o líder da NATO, em Berlim, ao lado do chanceler alemão, Olaf Scholz.

As autoridades alemãs detiveram na semana passada dois indivíduos acusados de espionagem e de preparar sabotagens em nome de Moscovo, enquanto dois britânicos foram acusados ontem de cooperar com os serviços secretos russos. "Estas medidas de espionagem são perigosas e inaceitáveis, e não nos impedirão de continuar a apoiar a Ucrânia", disse Stoltenberg, enquanto que Scholz defendeu que "devemos todos fazer mais esforços este ano e nos próximos para fazer o que é necessário".

Já o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, insistiu ontem durante um encontro do Grupo de Contacto para a Defesa da Ucrânia na necessidade de mais armamento, apontando a mísseis de longo alcance e sistemas de defesa aérea, entre os quais "pelo menos sete" Patriot. **Com AGÊNCIAS**

França quer força de reação rápida europeia em 2025

PROPOSTA Paris quer cerca de 5000 soldados para atuarem em casos nos quais a NATO não intervém, como a retirada de cidadãos de situações de crise.

A França defende a criação de uma "força de reação rápida europeia" com cerca de 5000 soldados até 2025, que poderá intervir em situações de crise quando a NATO não atuar, disse ontem o ministro das Forças Armadas francês, detalhando uma ideia avançada pelo presidente Emmanuel Macron na quinta-feira.

Sébastien Lecornu referiu que esta é uma "questão fundamental" e insistiu que a força de reação rápida – "para colocar em segurança cidadãos europeus, portugueses, italianos, alemães e franceses" – deve poder ser criada "muito rapidamente".

O ministro explicou ainda que o objetivo passa por "colocar forças em posição de contribuir" e "reagir em caso de crise", acrescentando que não haveria perda de soberania para os países envolvidos, que manteriam o controlo sobre os seus dispositivos militares.

Lecornu justificou este projeto com o facto de existirem "muitas crises em que a NATO não tem competências para atuar e em que a França realiza frequentemente operações sozinha", como a retirada de europeus em países em crise – no Sudão em abril de 2023, Paris mobilizou aviões e navios militares para retirar mais de mil estrangeiros de 80 nacionalidades.

"Temos missões que são militarizadas, mas que a NATO não precisa de conhecer por uma série de razões, e sobre as quais dizemos agora 'vamos fazê-lo na Europa', e isso, para nós, é pragmatismo", disse o ministro. **DN/LUSA**

Netanyahu diz que nunca aceitará autoridade do TPI

ISRAEL O Tribunal Internacional de Justiça vai decidir sobre um recurso da Nicarágua, que acusa a Alemanha de violar a Convenção sobre o Genocídio.

O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu advertiu ontem que o seu Governo "nunca" aceitará a autoridade do Tribunal Penal Internacional, perante a possibilidade de este ordenar a detenção de militares e ministros israelitas.

"A ameaça contra os soldados das FDI [Forças de Defesa de Israel] e as figuras públicas de Israel, a única democracia do Médio Oriente e o único Estado judeu do mundo, é escandalosa. Não desistiremos. Israel continuará até à vitória na nossa guerra justa contra os abomináveis terroristas que procuram destruir-nos. Nunca deixaremos de nos defender", sublinhou.

Netanyahu disse que, embora nenhuma das decisões do TPI afete as ações de Israel, "elas vão criar um precedente perigoso que ameaça os soldados e as figuras públicas de todas as democracias que lutam contra o terrorismo criminoso e a agressão perigosa."

Na semana passada, *media* israelitas noticiaram que o gabinete de Netanyahu teria realizado uma reunião de emergência devido à possibilidade de o TPI lançar uma investigação e emitir mandados de captura para militares e ministros israelitas por alegadas violações do Direito internacional na guerra em Gaza.

Por outro lado, o Tribunal Internacional de Justiça disse que se vai pronunciar terça-feira sobre um recurso da Nicarágua, que acusa a Alemanha de violar a Convenção sobre o Genocídio de 1948 ao fornecer armas a Israel para a guerra em Gaza. **DN/LUSA**

"Nossa relação com Portugal está excelente", diz MNE brasileiro

DIPLOMACIA Chanceler Mauro Vieira representou o presidente Lula da Silva nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Em conversa com o DN, na residência oficial do embaixador do Brasil, o diplomata destacou a boa relação entre os dois países e outros temas da agenda.



ENTREVISTA **AMANDA LIMA**

O que dizer sobre representar o presidente Lula da Silva e o Brasil na celebração do meio século de democracia em Portugal?
É uma data muito importante para o Governo brasileiro. O presidente Lula foi pessoalmente convidado e ele ficou muito contente, muito feliz. Começámos a planear, mas ele não pôde vir por compromissos inadiáveis de agenda e, infelizmente, não pôde concretizar esse desejo. O presidente esteve aqui ano passado, nos 49 anos, e na Cimeira, na visita bilateral entre os dois países. Você sabe que estamos no meio de uma campanha para as eleições municipais, que tem demandado muito do presidente, inúmeras viagens. Ele tem passado três dias por semana viajando pelo Brasil, em uma programação das eleições municipais, então não pôde vir. Portanto, me designou para representá-lo, o que muito me honra de estar aqui, porque é uma data importantíssima. A *Revolução dos Cravos* é o facto histórico e social que teve uma grande repercussão no Brasil e na lusofonia. E foi um exemplo, porque foi um levantamento popular e que uniu todo o país. Então é um momento muito especial. Eu fico muito honrado de estar aqui, representando o presidente Lula.

Acha que o Brasil pode aprender com Portugal sobre o simbolismo desta data, algo que no Brasil não existe? Inclusive, este ano, não foram realizadas celebrações para marcar o fim da ditadura.
As marcas da repercussão da *Revolução dos Cravos* foram muito grandes desde o início. Nesse momento, em que o Brasil vivia o pior momento da ditadura militar, foi um alento. E depois houve uma grande influência da Constituição Portuguesa na nossa. Sem contar na cultura, na música, como o Chico Buarque compôs músicas sobre a *Revolução dos Cravos*. Agora, quanto a uma data específica [para celebrar o fim da ditadura brasileira], é possível comemorar no 7 de setembro, no Dia da Bandeira ou no dia que for. O importante é manter vivo esse espírito de democracia, de reconquista da democracia que nós fizemos também.

Com a mudança de Governo em Portugal, como será o diálogo entre os dois países?
Excelente, excelente, como foi desde esse início. Depois da mudança de Governo, escrevi uma carta e enviei ao ministro Paulo Rangel. Já falámos duas vezes por telefone, a primeira vez para nos conhecermos melhor, ainda que telefonicamente, porque eu não tinha tido a ocasião de estar com ele antes. Sei que é um político importante em Portugal e na União Europeia. O ministro me disse que eu fui o primeiro de outro país a falar com ele e cumprimentá-lo pelo cargo. Conversámos por 40 minutos. Na semana passada, conversámos de novo sobre temas específicos de interesse comum e agora, juntos aqui em Lisboa, já temos uma ótima relação.

> *"O ministro Paulo Rangel me disse que eu fui o primeiro de outro país a falar com ele e cumprimentá-lo pelo cargo. Conversámos por 40 minutos (...) já temos uma ótima relação."*

Como avalia o trabalho do Brasil na presidência do G20?
Muito bom e um grande desafio. O presidente Lula tem grande interesse, desde o primeiro dia dele no Governo, no ano passado, me instruiu e também instruiu os outros órgãos do Governo Federal que estão envolvidos. Você sabe que o G20 tem duas trilhas: a diplomática, a trilha de Sherpas, e a trilha financeira. Então, nós trabalhamos estreitamente com o Ministério da Fazenda [Finanças] e o presidente Lula acompanha de perto, nos cobra e nos pergunta constantemente [sobre os resultados]. O G20 é um grande desafio, mas é também uma grande oportunidade para nós podermos mostrar ao mundo as nossas preocupações que são comuns com todos os países em desenvolvimento, sobretudo os que estão no G20. Os temas centrais são o combate à fome, à pobreza e à desigualdade, também a transição energética e o desenvolvimento sustentável e, em terceiro lugar, a discussão em torno da reforma da governança global. Na primeira reunião dos ministros do Exterior, que ocorreu agora em fevereiro no Rio de Janeiro, houve um consenso, praticamente, de todos os países que a reforma da governança global é uma necessidade. Todos concordaram. Então, são temas importantes que nós estamos avançando nessa agenda. Além disso, o Brasil está inovando. Nós vamos ter, dessa vez, nessa presidência – que é a primeira que propôs isso –, duas reuniões de ministros do Exterior; uma primeira que já ocorreu no Brasil, e a segunda vai ser no dia 26 de setembro, dois dias depois da abertura do debate geral das Nações Unidas, na sede em Nova Iorque. Eu estive lá na semana passada e já combinei mais uma vez, acertei detalhes com o secretário-geral António Guterres para realizarmos uma reunião do G20 dentro da sede da ONU e, depois da participação dos membros, será aberta a apresentação de todos os países das Nações Unidas que queiram levar um depoimento e uma sugestão. É uma abertura, uma democratização também do G20 dentro da ONU. Isso virá em sequência, logo depois da *Cúpula do Futuro*, que é uma proposta também do secretário-geral da ONU, que se realizará três dias antes. Isso complementará essa discussão.

E sobre a participação de Portugal no G20, convidado pelo Brasil?
Nós acreditamos que Portugal terá um papel importante nas diferentes reuniões, nas diferentes trilhas. Foi convidado para todas, para a plenitude das reuniões do G20 e vai ter um papel importante, uma palavra de peso e uma contribuição relevante no G20. Ficamos muito contentes de ter a participação de Portugal.

Quanto ao acordo do Mercosul e a União Europeia, como estão s negociações?
Estamos muito bem, avançámos bastante. Desde o início do Governo do presidente Lula, nós tivemos de, primeiro, rever o que tinha sido feito, corrigir cursos – porque havia coisas que não estavam de acordo com o interesse nacional. O Brasil esteve na presidência do Mercosul no segundo semestre do ano passado, coordenámos com os demais membros e mantivemos a negociação, o Brasil continua encabeçando a delegação que negocia o acordo com o Mercosul. Isso é uma divisão que se faz como já estava adiantado na nossa presidência. Apesar de agora a presidência do Mercosul ser


ZED JAMESON / GLOBAL IMAGENS

do Paraguai, nós continuamos tendo essa missão. Nós continuamos e fizemos ajustes, negociámos com a Comissão Europeia adaptações e estamos esperançosos de que possamos concluir essa negociação até ao final do ano.

A França é um país que está a travar o acordo. O tema foi discutido na viagem de Estado de Emmanuel Macron ao Brasil?

O presidente Macron tem uma visão do acordo, que já leva 21 ou 22 anos de negociação: ele gostaria de um modelo mais moderno, mais atualizado, mas a maioria dos países da União Europeia, quer dizer, a União Europeia já tem um mandato para negociar. O presidente Macron fez uma visita de Estado ao Brasil de três dias, foi uma longa visita, o que mostra também a importância da relação do Brasil com a França, que ultrapassa o terreno das negociações comerciais, quer dizer, há uma grande influência cultural, económica também, comercial e admiração mútua, respeito e respeito no Brasil pela França. A França tem as digitais [influências] dela em instituições importantíssimas do Brasil, como as grandes universidades brasileiras. O Brasil é muito admirado na França, como a cultura brasileira, a música brasileira, a França recebeu inúmeros exilados brasileiros durante a ditadura, quero dizer, há uma proximidade muito grande com a Europa em geral, como também com Portugal. Portanto, eu creio que vamos continuar trabalhando de forma muito positiva. O presidente Macron foi à Amazónia e vai voltar para a COP30, que se realizará lá no ano que vem. Esteve no Rio de Janeiro, esteve em São Paulo e em Brasília foi a parte, vamos dizer, formal, de Governo, que foi recebido como visita de Estado.

Por falar em visita de Estado, como está a preparação para a Cimeira Brasil-Portugal?

Muito bem, é um momento muito importante, você assistiu, o ano passado, com o nosso o presidente aqui. Este ano cabe ao Brasil, vamos conversar com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, vamos tratar da discussão dos temas, estamos preparando agendas e vamos escolher uma data que seja adequada.

Já existe uma previsão de quando vai ocorrer?

Vamos ver, porque temos eleições municipais no Brasil este ano, que é complicado, além das eleições do Parlamento Europeu aqui. Os dois lados querem fazer [a Cimeira], é só questão de encontrar um momento, porque envolve também agendas de chefes de Estado, que não é uma coisa simples, mas há toda a vontade e todo o interesse.

Ministro, aqui na Europa há muita divergência quanto à posição do presidente Lula da Silva sobre a guerra na Ucrânia e em Gaza. Como você explica a posição do Brasil?

Olha, é muito simples de entender. O presidente Lula nem era presidente ainda quando começou, quando eclodiu a invasão na Ucrânia. Ele foi, como cidadão brasileiro e como político, antes das eleições inclusive, foi contrário, criticou e condenou a invasão. E depois, quando eleito, imediatamente condenou a invasão e se referiu ao direito constitucional da integridade territorial. Agora, ao mesmo tempo, diz repetidamente que o Brasil é contra a guerra, contra qualquer violência, e que há necessidade de paz e de negociar a paz. Tanto que nós participamos de todas as conversas que existem, todos os mecanismos de negociação. Nós mandaremos representantes para a reunião na Áustria, como já mandámos nas outras. Nas iniciativas da Rússia também mandamos sempre. Agora, a posição do presidente é que tem de se sentar os dois lados. Não adianta ficar se discutindo só um lado, só o lado dos que apoiam a Ucrânia. Tem de estar os dois lados, os dois interlocutores diretos. O Brasil tem diálogo com os dois países. Então, nós queremos promover a paz e as negociações. Essa é a posição com relação à questão da Ucrânia. Com relação a Gaza, também o Brasil, e o presidente pessoalmente, condenou os atos do Hamas no dia 7 de outubro [que fizeram 1200 mortos] e os considerou terroristas, sem dúvida nenhuma. Agora, o que nós não podemos aceitar é uma reação desproporcional, porque é desproporcional [a reação de Israel. São 34 mil mortos, 75% de mulheres, idosos e crianças]. Não é possível se ver da forma que os eventos estão acontecendo. Bombardeios de hospitais, de instalações, de organizações de assistência, como a UNRWA [Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinianos], que já perdeu 178 funcionários. Vários países anunciaram que iam deixar de contribuir, porque as contribuições são voluntárias. O Brasil jamais fez isso. Ao contrário, estamos examinando a possibilidade de aumentar a nossa contribuição. É o único organismo que é testemunho dos acontecimentos, que está lá, humanitário, das Nações Unidas. Nós somos a favor da libertação dos reféns, nós somos a favor de um armistício, de uma solução permanente, de um cessar-fogo permanente. Somos a favor da entrada de ajuda humanitária e não a conta-gotas ou sendo já atirado de avião, na quantidade necessária para atender a população. É preciso atender os 2 milhões e 200 mil palestinianos e de outras nacionalidades que vivem e que estão desabrigados, já não há mais infraestrutura, não há mais nada. Então essa é a nossa posição muito clara com relação aos dois.

> *"O que nós não podemos aceitar é uma reação desproporcional, porque é desproporcional [a reação de Israel. São 34 mil mortos, 75% de mulheres, idosos e crianças]."*

Cimeira luso--brasileira pode ficar para 2025

A cimeira entre Brasil e Portugal, a ser realizada no Brasil, será em 2025 ou "mais para o fim do ano", sabe o DN. O assunto foi discutido em reunião de trabalho realizada ontem em Lisboa. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, e o homólogo Mauro Vieira participaram no encontro, além de representantes diplomáticos de ambos os países. Ao DN, fonte do Ministério das Relações Exteriores (MRE) disse que o chanceler Mauro Vieira vai sugerir datas para realização do evento.

Caso fique para o próximo ano, a Cimeira será em celebração aos "200 anos do reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal". Rangel e Vieira deverão estar juntos novamente em julho, no Rio de Janeiro. Na oportunidade, o Brasil vai lançar uma aliança global contra a fome e a pobreza, no âmbito da presidência do G20. Um novo encontro entre os dois deverá ocorrer em setembro, em Nova Iorque, durante a segunda reunião dos chanceleres do G20.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) publicou um tuíte sobre o encontro e destacou ser a primeira agenda conjunta em que "trataram de temas regionais e globais, além da CPLP, diálogo Mercosul-UE e comunidade iberoamericana". O gabinete informou ao DN que não haveriam declarações adicionais sobre o encontro.

Carta do presidente Lula

Na reunião de trabalho, Vieira também entregou uma carta escrita pelo presidente Lula da Silva e endereçada ao primeiro-ministro Luís Montenegro.

Os dois líderes já conversaram por telefone no dia 9 de abril, quando Lula da Silva o parabenizou pela eleição, desejou "boa sorte em seu mandato" e manifestou a vontade de encontrá-lo "em breve".

Já no discurso lido por Mauro Vieira na celebração do 25 de Abril, relembrou a relação histórica dos dois países e também do episódio do atraso na entrega do Prémio Camões 2019 ao cantor Chico Buarque, que recebeu a honraria somente em 2023. O diplomata classificou como um ataque à "política e cultura que tristemente dominaram o Brasil nos últimos anos".

amanda.lima@globalmediagroup.pt

FC Porto vai a votos: mais do que um duelo de gerações

DECISÃO Quando Pinto da Costa foi eleito presidente pela primeira vez, André Villas-Boas tinha 4 anos. Agora enfrentam-se nas urnas, num choque ideológico entre o que foi feito e o que é preciso fazer. Ato eleitoral conta mais uma vez com Nuno Lobo. Hoje, entre as 09.00 e as 20.00, os sócios portistas elegem os órgãos sociais para o quadriénio 2024-28.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

CARLOS CARNEIRO / GLOBAL IMAGENS

Pinto da Costa, o mais titulado



86 ANOS
Presidente desde 1982
Sócio n.º 587

Palmarés inigualável
Uma Taça dos Clubes Campeões Europeus e uma Liga dos Campeões, duas Taças Intercontinentais (hoje Mundial de Clubes), uma Taça UEFA e uma Liga Europa, uma Supertaça Europeia, 21 Campeonatos Nacionais, 12 Taças de Portugal, 20 Supertaças e uma Taça da Liga fazem dele o presidente mais titulado do Mundo.

Equipa renovada, António Oliveira e promessas outrora desnecessárias

Para o universo portista é quase impossível imaginar um FC Porto sem Jorge Nuno Pinto da Costa. Presidente desde que sucedeu a Américo de Sá, a 17 de abril 1982, teve apenas três opositores nas urnas em 42 anos: Martins Soares (1988 e 1991), José Fernando Rio e Nuno Lobo (2020). Os troféus ganhos fizeram dele o líder mais titulado do Mundo e sempre foram o seu maior trunfo e uma força de bloqueio a quem sequer pensava ir contra as suas ideias. O cenário financeiro-desportivo menos risonho dos últimos anos elevaram à contestação e André Villas-Boas, outrora discípulo desejado, tornou-se um opositor sério a um 16.º mandato seguido.

Os 68,65% de votos recolhidos há quatro anos – face a José Fernando Rio (26,44%) e Nuno Lobo (4,91%) – determinaram a percentagem mais baixa em 15 atos eleitorais e colocaram-no na mira dos contestatários. Pinto da Costa (Lista A) foi inclusivamente obrigado a fazer campanha eleitoral e sacar de (supostos) trunfos – "atos de desespero de quem não quer sair da cadeira do poder" segundo Villas-Boas. A começar pelos anúncios do fim do pagamento de prémios aos administradores da SAD e da renovação com o treinador Sérgio Conceição, confirmada esta quinta-feira.

Na verdade, tudo (ou quase) na lista do "Todos pelo Porto" é sinal de mudança. Com 2586 troféus obtidos em 21 modalidades, 68 dos quais no futebol, Pinto da Costa sempre torceu o nariz às apostas no futsal e no futebol feminino, que desta vez são bandeiras eleitorais.

Contestado em toda a linha – gestão desportiva, financeira e infraestrutural –, o atual líder portista revolucionou a equipa diretiva para um novo mandato. Mudou cinco nomes, afastando os polémicos Adelino Caldeira e Fernando Gomes e manteve apenas Vítor Baía, acrescentando António Oliveira, nome consensual no universo portista, e ainda João Rafael Koehler, Marta Massada, Vítor Hugo e Nuno Cerejeira Namora. Lourenço Pinto para a Mesa da Assembleia Geral e Ricardo Valente para o Conselho Fiscal e Disciplinar são as outras escolhas de Pinto da Costa.

A aposta no empresário João Rafael Koehler para o pelouro das Finanças pretendia ser bandeira de transparência e boa governança, sustentabilidade e crescimento financeiro, mas tem sido mais uma pedra no sapato que um trunfo.

O anunciado negócio do *naming* do Estádio do Dragão revelado há dias é uma medida impactante e implica a exploração comercial do recinto a 25 anos pela Ithaka a troco de 65 milhões de euros. O acordo pode ser denunciado até ao dia 1 de julho, mas não deixou de causar polémica e ser reflexo do desenfreado anúncio de medidas por parte do atual líder, que também mostrou o terreno onde irá nascer a Academia da Maia (ainda sem projeto edificado).

O passivo de 522 milhões de euros é difícil de explicar, mas o presidente portista promete um refinanciamento do passivo em 250 milhões e a estabilização financeira em dois anos, graças à já efetivada antecipação de 54,3 milhões em receitas audiovisuais.

isaura.almeida@dn.pt

Futebol feminino, fim dos prémios e academia

- Manter Sérgio Conceição até 2028 e Pepe até 2025 e recomprar Francisco Conceição.
- Construir Academia na Maia.
- Divulgar demonstrações financeiras de forma regular e criar Comité de Auditoria Independente.
- *Naming* e exploração do Dragão. Acordo a 25 anos a troco de 65 milhões de euros.
- Acabar com os prémios atribuídos aos administradores da SAD.

Nuno Lobo, o repetente



54 ANOS
Professor e empresário

Sócio
N.º 13920

Formação, ecletismo e teto salarial para administradores

- Política desportiva assente na formação e liderada pelo presidente entre as 300 medidas do programa.
- Teto salarial para administradores e limite de prémios.
- Manter Sérgio Conceição.
- Apostar no futsal, futebol feminino, padel, ténis, ciclismo e voleibol e construir centro de alto rendimento para o atletismo e uma casa para as modalidades.
- Chegar aos 300 mil sócios.



Fazer melhor que em 2020 reclamando a bandeira do ecletismo

Nuno Lobo volta a apresentar-se a votos. Depois de em 2020 ter reunido 4, 90%, o professor e empresário recolheu 330 assinaturas e avançou. "Concorro contra dois candidatos que dispõem de poder financeiro e protagonismo mediático incomensuravelmente superior aos meios desta candidatura", admitiu o líder da Lista C, recusando ser "um candidato invisível", mas lamentando a "falta de visibilidade da candidatura e do programa".

Os capitais próprios negativos e a falta de ecletismo do clube foram algumas das razões que o levaram a recandidatar-se. "Fui eu que lancei primeiro a bandeira do futebol feminino e do futsal para o FC Porto em 2020", atirou em jeito de recado a Pinto da Costa, que também anunciou essa intenção depois de anos a recusar apostar nessas modalidades. Apesar disso tem optado por um discurso em defesa do atual presidente e um apontar de dedo a Villas-Boas.

A formação como alimento das equipas principais das modalidades coletivas norteiam a recandidatura de Nuno Lobo, assim como o reforço infraestrutural, a reabilitação financeira e o aumento do ecletismo.

Sob o lema "Sim, Somos Porto", o líder da Lista C propõe o advogado Luís Barradas para a Mesa da Assembleia Geral e o gestor Heleno Roseira para o Conselho Fiscal e Disciplinar, tendo abdicado de disputar o Conselho Superior – órgão consultivo do clube, que é eleito através do método de Hondt e que conta outra vez com um movimento autónomo liderado pelo advogado e docente universitário Miguel Brás da Cunha (Lista D).

Manter Sérgio Conceição é imperativo, segundo Nuno Lobo, pela "mística" e por tudo o que representa no FC Porto: "É o ADN, a garra, o querer... ele detesta perder, como eu, que odeio perder. Nós só vemos as coisas más, como o Sérgio ser indisciplinado. Como é que uma pessoa pode ser disciplinada com estas arbitragens?"



André Villas-Boas, o desafiador

46 anos

Treinador na época 2011-12
Sócio n.º 7616

Liga Europa foi o auge

Depois de anos a coadjuvar José Mourinho em grandes conquistas, caminhou sozinho no seu FC Porto e conquistou uma Liga Europa, um Campeonato (sem derrotas), uma Taça de Portugal e uma Supertaça na época 2011-12.

Libertar clube de amarras financeiras, racionalizando custos e retendo talento

A "cadeira de sonho" afinal era outra – a de Pinto da Costa. A célebre frase do agora candidato à presidência do FC Porto, quando nessa outra vida, a de treinador, assumiu o comando técnico dos dragões na época 2010-11, que terminou com a conquista da Liga Europa, faz hoje todo o sentido. Seja qual for o resultado nas eleições, honra seja feita à coragem do antigo treinador, que, mesmo ameaçado, não recuou, avançando contra o homem que um dia foi o seu presidente, aquele que lhe deu a oportunidade de sair da sombra de José Mourinho. Formalizou a candidatura no dia 26 de março com a entrega de 2170 assinaturas para dar "voz a um número crescente de portistas insatisfeitos".

Nunca em 42 anos alguém enfrentou Pinto da Costa com tanta força como Villas-Boas o fez agora. As cinco mil pessoas que juntou no Pavilhão Rosa Mota, no fecho da campanha, são um exemplo da pujança mobilizadora do sócio número 7616, líder da Lista B, que quer "libertar o clube das amarras e interesses que tantos danos causaram nos últimos anos".

O "passivo gigantesco" de 522 milhões de euros e uma dívida de 310 milhões são apontados como exemplos do que tem corrido mal, assim como a ameaça de exclusão das competições da UEFA por três anos, que "é real", segundo o ex-treinador.

"Grato" a Pinto da Costa pelos "últimos 42 anos" que deixam memórias que os sócios jamais esquecerão, não há "dívida de gratidão" que salve o clube da "ruína". Nunca escolheu as palavras para dizer o que "tem de ser dito". Seja a acusar o líder portista de "mentir aos sócios" ou a chamar "sanguessuga" a João Koehler.

Villas-Boas apresentou-se com uma lista forte, mas pouco mediática e sem muito peso no universo portista mais profundo, com exceção do economista Angelino Ferreira, que foi administrador financeiro da SAD do FC Porto e vice-presidente do clube na era Pinto da Costa e que se candidata ao Conselho Fiscal e Disciplinar.

António Tavares, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto e ex-deputado pelo PSD à Assembleia da República, foi designado para a Mesa da Assembleia Geral, enquanto Fernando Freire de Sousa, líder do Conselho Geral da Universidade do Porto e ex-secretário de Estado, concorre ao Conselho Superior. Para comandar a estrutura do futebol escolheu Zubizarreta (ex-Barcelona) e Jorge Costa. E para liderar o projeto do ecletismo Mário Santos (antigo chefe da Missão Portuguesa nos Jogos Olímpicos Londres2012 e Brasil 2016).

A candidatura do "Só há um Porto" estima que votem entre 30 a 35 mil portistas, número que superará o recorde de votantes de 1988, ano da primeira reeleição de Pinto da Costa – 10 700 votantes.

Podem votar todos os sócios que tenham a quota de março regularizada e a renumeração efetuada.

Racionalizar custos e potenciar talento

- Racionalizar custos, cortar entre 50% e 60% dos salários da administração e renegociar dívida com ajuda da JPMorgan, Morgan Stanley e Goldman Sachs.
- Apostar no futebol feminino, futsal, atletismo e voleibol masculino.
- Criar o Gabinete de *Performance* para otimizar e potenciar o talento.
- Criar a Fundação FC Porto.
- Rever protocolo em vigor com as claques e os Super Dragões.


GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Treinador do Benfica continua às turras com adeptos.

Schmidt: "Se não for o melhor para o Benfica, o presidente dir-me-á"

BENFICA-SP. BRAGA Treinador não perdoa aos adeptos que cuspiram e atiraram objetos aos jogadores e admite que *Champions* é importante.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O Benfica recebe hoje (18.00, BTV) o Sp. Braga na 31.ª jornada da I Liga no Estádio da Luz. A equipa de Roger Schmidt está obrigada a vencer ou, pelo menos, empatar para impedir que o Sporting possa conquistar o título já amanhã, se derrotar o FC Porto (domingo, às 20.30, Sport TV).

Apesar da importância do duelo de hoje com o Sp. Braga, o tema das "dez pessoas" que atiraram objetos aos jogadores no último jogo com o Farense (vitória, por 3-1) dominou praticamente toda a antevisão do encontro. Schmidt vincou que compreende "a desilusão e as críticas", mas reiterou que "há limites" para a forma como os adeptos se podem manifestar, condenando quem cuspiu e atirou objetos aos jogadores.

"Nunca irei aceitar, nunca irei perdoar a essas dez pessoas, não quero ter uma relação com elas. Dou o meu melhor pelo Benfica e espero que as pessoas sintam isso. Se não for o melhor treinador para o Benfica, o presidente dir-me-á. Temos uma boa relação, mas é mais importante para ele que o Benfica tenha o máximo de sucesso possível. Neste momento estamos a lutar por acabar a época da melhor maneira e no final analisaremos e tentaremos melhorar na próxima época."

O alemão fez questão de separar os adeptos no geral dessas "10 pessoas". "Se quiserem cuspir e atirar coisas aos nossos jogadores, é melhor ficarem em casa. Mas é claro que precisamos de todos os outros adeptos. Não conseguimos ter sucesso sem os adeptos, precisamos de um grande ambiente no estádio", apelou o treinador, ainda antes de saber que essa atitude dos adeptos em Faro tinha tido consequências para o clube, com o Conselho de Disciplina da FPF a condenar os encarnados ao pagamento de 1530 euros por comportamento incorreto do público, incluindo arremesso de pelo menos duas garrafas. A SAD do Benfica foi ainda condenada ao pagamento de 1910 euros pela utilização de pote de fumo dos seus adeptos, num total de 3440 euros.

> Benfica tem de vencer ou, pelo menos, empatar com o Sp. Braga para impedir que o Sporting possa conquistar o título já amanhã, se derrotar o FC Porto.

Ciente da importância do jogo de hoje para garantir a *Champions*, um objetivo "importante financeiramente, mas também para a imagem do clube", Schmidt referiu que a meta ainda é "lutar pela melhor classificação possível e essa ainda é o primeiro lugar".

Já para o técnico adversário, Rui Duarte, os três pontos são essenciais para as contas finais. O Sp. Braga tem 62 pontos, os mesmos que o FC Porto, terceiro classificado, posição que os minhotos ainda ambicionam. "Faltam quatro jogos e este é uma das primeiras finais para o conseguirmos", admitiu o treinador, esperando "um Benfica forte, como sempre". Para o técnico, "o Sp. Braga é um grande e luta pelos três pontos sempre", por isso "não faz sentido" ir para um jogo, seja ele qual for, a pensar que o empate será bom: "Temos uma exigência grande, assumimos com humildade e confiança que queremos chegar ao terceiro lugar."

Zalazar foi o responsável pela reviravolta que garantiu a vitória sobre o Vizela na última jornada (2-1), mas o treinador não revelou se o médio uruguaio vai ser titular no Estádio da Luz. E como Abel Ruiz está castigado, Rui Duarte chamou Yan Saíd, avançado da equipa B.

isaura.almeida@dn.pt

Portugueses tentam fechar europeus com chave de ouro

JUDO Jorge Fonseca, Patrícia Sampaio e Rochele querem medalhas. Joana Crisóstomo terminou em 5.º depois de perder combate pelo bronze.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Joana Crisóstomo terminou os Europeus de judo de Zagreb no quinto lugar. Ontem, a judoca de 22 anos ainda chegou a lutar pelas medalhas na categoria -70 kg, mas perdeu o combate com a espanhola, de origem japonesa, Ai Tsunoda, filha do antigo treinador de Telma Monteiro, Go Tsunoda.

Foi o melhor resultado da atleta da Universidade Lusófona, depois de já ter sido vice-campeã europeia de juniores (2020). E foi o melhor resultado do segundo dia dos Europeus, depois das eliminações de Taís Pina (-70 kg), Thelmo Gomes (-73 kg), Anri Egutidze e João Fernando (-81 kg) e Otari Kvantidge (-73 kg), que terminou em nono, após três combates.

Portugal fecha a participação em Zagreb com os olímpicos Patrícia Sampaio (-78 kg), Rochele Nunes (+78 kg) e Jorge Fonseca (-100 kg). Todos eles já conquistaram medalhas em Campeonatos da Europa. Para já a comitiva portuguesa soma apenas uma medalha nesta prova, o bronze de Catarina Costa em -48 kg.

Zagreb foi também palco do regresso de Telma Monteiro após cinco meses de lesão. A judoca do Benfica terminou o Europeu em 7.º lugar da categoria de -57 kg. A portuguesa desistiu devido a um desconforto no joelho para não comprometer as ambições Olímpicas. Até hoje nenhum judoca português garantiu a presença nos Jogos Olímpicos de forma direta, mas ainda têm três provas – dois Grand Slam e o Mundial – para o conseguirem.



Geny Catamo assunto de Estado

Geny Catamo, juntamente com o presidente do Sporting, Frederico Varandas, conviveu ontem com várias figuras de Estado. A convite do Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, que nos últimos dias marcou presença em Portugal para as cerimónias de comemoração dos 50 anos do 25 de abril, o jogador confraternizou com as mais altas figuras do Estado, como o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o primeiro-ministro, Luís Montenegro. Geny Catamo é uma das maiores figuras do futebol moçambicano aos 23 anos. Esta temporada soma 6 golos em 38 jogos e prepara-se para ser campeão. O Sporting lidera o campeonato e está a dois triunfos de festejar o 20.º título da história.

PUBLICIDADE

avisos, tribunais e conservatórias



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E INCLUSÃO

ÀS COMISSÕES DE TRABALHADORES OU ÀS RESPETIVAS COMISSÕES COORDENADORAS, ASSOCIAÇÕES SINDICAIS E ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

Nos termos e para os efeitos dos artigos 54.º, n.º 5, alínea *d)*, e 56.º, n.º 2, alínea *a)*, da Constituição, do artigo 16.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 469.º a 475.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Aprova a revisão do Código do Trabalho), e do artigo 132.º do Regimento da Assembleia da República, avisam-se estas entidades de que se encontram para apreciação, de 27 de abril a 27 de maio de 2024, as iniciativas seguintes:

Projetos de Lei n.ºs 1/XVI/1.ª (PCP) — *Revoga o regime de caducidade da contratação coletiva,* **2/XVI/1.ª (PCP)** — *Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador (alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro),* **29/XVI/1.ª (IL)** — *Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho, e* **42/XVI/1.ª (PAN)** — *Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho.*

As sugestões e pareceres deverão ser enviados, até à data-limite acima indicada, por correio eletrónico dirigido a: *10CTSSI@ar.parlamento.pt*; ou em carta, dirigida *à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa.

Dentro do mesmo prazo, as comissões de trabalhadores ou as comissões coordenadoras, as associações sindicais e associações de empregadores poderão solicitar audiências à *Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão*, devendo fazê-lo por escrito, com indicação do assunto e fundamento do pedido.

Os textos das citadas iniciativas encontram-se publicados na Separata n.º 1/XVI do *Diário da Assembleia da República*, de 27 de abril de 2024, e pode ser consultado na «Página» *Internet* da Assembleia da República, na morada: http://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/Separatas.aspx

---

AÇOMEFER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS GROSSISTAS DE AÇOS, METAIS E FERRAMENTAS

R. Filipe Folque 67 – 5.º – 1050-112 Lisboa | Telefone 213 528 537
Fax 213 560 371 | www.acomefer.pt – geral@acomefer.pt

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL E ELEITORAL

Nos termos dos Estatutos, convoco os associados para a reunião da Assembleia Geral Ordinária e Eleitoral que terá lugar no próximo dia 9 de maio de 2024, pelas 11 horas, na sede da Associação, Rua Filipe Folque, 67 – 5.º, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- **Discutir e votar o Relatório e Contas do Exercício de 2023 e o Parecer do Conselho Fiscal.**
- **Eleição da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Direção para o triénio de 2024/2026.**

A Assembleia funcionará à hora marcada desde que esteja presente, pelo menos, metade do número de associados que a ela tenham acesso.
Meia hora mais tarde, funcionará seja qual for o número de associados presentes.
Relembramos que qualquer associado poderá fazer-se representar através de mandato escrito, sendo o número de representações limitado a três.

Lisboa, 24-04-2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Afonso Pedro de Oliveira Ribeiro



SOL Associação de apoio às Crianças VIH/Sida IPSS

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos da Associação, convoco a Assembleia Geral da SOL – Associação de Apoio às Crianças VIH/SIDA para se reunir em sessão ordinária no próximo dia 16 de maio, pelas 18 horas, na sede da Associação, sita na Rua Pedro Calmon, 29, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Apreciação e votação do relatório e contas da gerência do ano 2023.

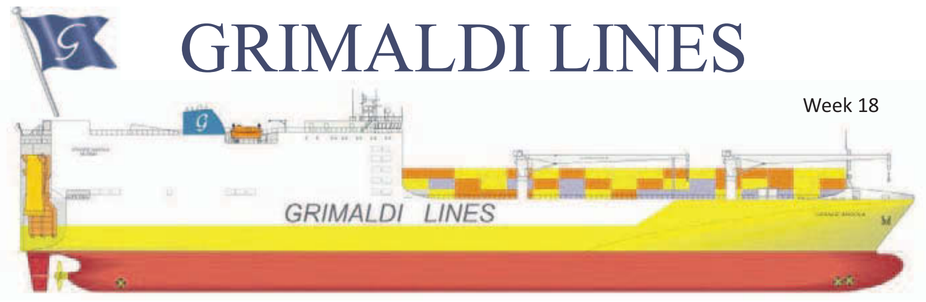
2.º Apreciação e votação do relatório de atividades do ano 2023.

3.º Apreciação e votação do parecer do Conselho Fiscal.

A Assembleia reunir-se-á à hora marcada se estiver presente mais de metade dos Associados com direito a voto, ou meia hora depois com qualquer número de presentes.

Lisboa, 24 de abril de 2024

O Presidente da Assembleia Geral
Dr. Filipe Baltazar



West Africa Southern Express	Grande Atlantico GAT0324	Grande Africa GAF0424
Antwerp	29/04	16/05
LeHavre	03/05	20/05
Leixoes	06/05	23/05
Dakar	11/05	29/05
Conakry	14/05	
Lome	20/05	04/06
Luanda	24/05	08/06
Pointe Noire	27/05	11/06
Douala	29/05	14/06
Euroaegean Northbound	**Grande Anversa GAV0424**	**Grande Anversa GAV0524**
Livorno	08/05	03/06
Salerno	07/05	02/06
Valencia	10/05	05/06
Tanger Med	11/05	06/06
Setúbal	12/05	07/06
Portbury	15/05	11/06
Cork	16/05	12/06
Flushing		
Antwerp	18/05	14/06
Euroaegean Southbound (Euroshuttle)	**Grande Anversa GAV0324**	**Great Antwerp GTA0324**
Vigo	-	-
Antwerp	-	23/04
Portbury	17/04	-
Setúbal	25/04	27/04
Valencia	28/04	-
Livorno	-	-
Civitavecchia	-	-
Casablanca	-	28/04
Santa Cruz de Tenerife	-	30/04

Grimaldi Portugal

info@grimaldi.pt | Lisboa: 213 216 300 - Leixões: 229 998 450 - Setúbal: 265 526 018

CARTÓRIO NOTARIAL DE ODIVELAS

de Catarina Silva

PUBLICAÇÃO

Catarina Sofia Martins da Costa Silva, Notária com Cartório sito na Rua Alfredo Roque Gameiro, 20 A, em Odivelas, faz saber que no dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, no referido Cartório Notarial, foi celebrada escritura pública de Justificação, lavrada a folhas 137 e seguintes do Livro 526-A:
JUSTIFICANTE: Maria João da Conceição Carvalho, contribuinte fiscal número 218646500, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de Setúbal, divorciada, residente na Praceta António Duarte, n.º 7, r/c direito, Amadora, é dona e legítima possuidora do prédio rústico, composto por parcela de terreno de cultura arvense, vinha, olival e pinhal, situado em Várzeas, Vargens ou Palmeira, freguesia de S. Lourenço, concelho de Setúbal, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o número dois mil seiscentos e cinquenta e quatro, com aquisição registada a favor de João Pereira de Matos pela apresentação quatro de vinte e oito de julho de mil novecentos e noventa e quatro, inscrito na União de Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) sob o artigo 15, secção D, com o valor patrimonial de 3.118,40 euros, ao qual atribuem o mesmo valor, unicamente para efeitos deste ato.
MODO DE AQUISIÇÃO: Que o seu pai, Joaquim António Romão Carvalho, adquiriu o referido prédio por compra e venda meramente verbal efetuada ao titular inscrito em 1997, no estado de divorciado, já falecido em 24 de dezembro de 2018, ficando acordado entre os herdeiros do comprador que o imóvel ficaria adjudicado à ora justificante, uma vez que esta sempre cuidou do imóvel, desde a afetiva aquisição no ano de 1997 inicialmente pelo aludido Joaquim António Romão Carvalho e atualmente pela ora justificante.

Odivelas, 24 de abril de 2024

A Notária

Catarina Sofia Martins da Costa Silva

AVISO

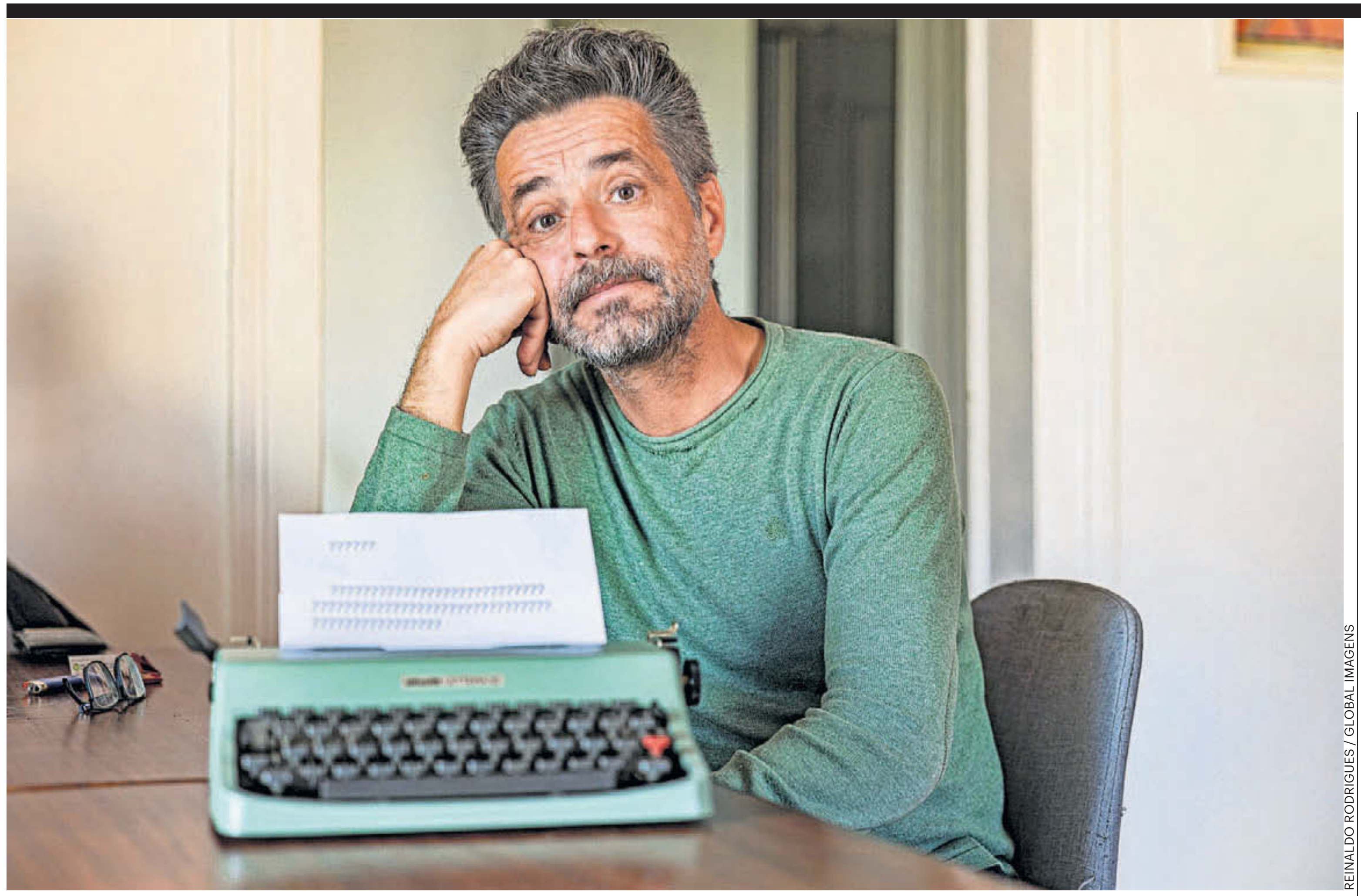
AUGI N.º 12 – denominada Vale Florete I

A Comissão de Administração da AUGI n.º 12, denominada Vale Florete I, com o NIPC 901 668 346, Freguesia de São Simão, Concelho de Setúbal, em cumprimento do disposto no art.º 12.º, n.º 5, da Lei 91/95, de 02/09 com as alterações que lhe foram introduzidas, procede à publicação do extrato das deliberações aprovadas na Assembleia de Coproprietários dos prédios integrados na AUGI n.º 12, denominada Vale Florete I, que teve lugar no dia 13 de abril de 2024, com um quórum de 38%, tendo sido convocada por anúncio publicado neste jornal no passado dia 23/03/2024:

Foi aprovado por unanimidade dos presentes:

1. O relatório das contas anuais referentes ao ano de 2023.
2. O plano de atividades para o ano de 2024.
3. A eleição da Comissão de Administração, composta por José Carlos Reis Romba (Presidente), Pedro Miguel Ramalho dos Santos (Tesoureiro) e Ana Mafalda Gaspar Ramos (Vogal).
4. A eleição da Comissão de Fiscalização, composta por Rui Manuel Almeida Jesus (Presidente), António José Gonçalves Arada (Relator) e Hugo Nunes (Vogal), bem como a eleição do Contabilista Certificado Conjuga e Cálculo, Lda.
5. O pedido da senha de acesso ao Portal das Finanças.
Foi aprovado por maioria dos presentes, com oito votos contra e seis abstenções.
6. A proposta apresentada de redução dos juros de mora.

Vale Florete I, 27 de abril de 2024


REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

JP Simões
"As pessoas continuam a sorver as palavras de José Mário Branco"

MÚSICA Depois de dois concertos em Lisboa e Leiria, o músico e cantor continua a apresentar o espetáculo *JP Simões canta José Mário Branco*, inspirado no disco com o mesmo nome, que o ex-vocalista dos Belle Chase Hotel editou em fevereiro. O próximo espetáculo é hoje, 27, em Viseu, no *Festival TRIP*.

ENTREVISTA **MIGUEL JUDAS**

É uma paixão antiga, esta que JP Simões sente pela música de José Mário Branco, de quem chegou a ser colega de faculdade, como conta nesta entrevista. Tudo começou quando, ainda adolescente, ouviu na rádio o tema *Inquietação*, do qual, anos mais tarde, faria uma versão no álbum de estreia a solo, *1970*, editado em 2006. Depois disso, em 2019, por ocasião dos 45 anos do 25 de Abril, foi convidado a criar um espetáculo "à volta da música do José Mário Branco", ao qual acabaria por regressar muitas mais vezes. Desta vez, porém, "a home- nagem a uma das personalidades mais marcantes da música portuguesa" tomou mesmo a forma de um disco, que o músico e cantor de Coimbra agora apresenta ao vivo.

É uma obsessão antiga, a música do José Mário Branco, que já havia reinterpretado por diversas vezes em concerto?
É uma afinidade consolidada já há muito tempo. Tenho uma admiração muito grande pelo José Mário Branco e, sim, já há uns bons anos que ando a apresentar um concerto criado à volta da música do José Mário Branco. A partir daí as coisas fluíram naturalmente até surgir o convite de uma editora para gravar um disco exclusivamente dedicado à música de José Mário Branco.
Mas já existia o desejo de gravar um disco de homenagem a José Mário Branco?
Não, de modo algum, aliás raramente faço planos no que à música diz respeito [risos].
Como é que reagiu então ao convite, teve algum receio em pegar nestas músicas?



Álbum lançado em fevereiro e agora apresentado ao vivo.

Isto aconteceu porque o Hugo Ferreira, meu editor na Omnichord Records e que já há uns bons anos foi também presidente da Rádio Universidade de Coimbra, me desafiou para gravar um disco a partir de um concerto apenas de voz e guitarra que o José Mário Branco deu uma vez em Coimbra, num aniversário da rádio. A ideia do Hugo era replicar aquele concerto num disco, mas depois pensei que como já tinha uma série de temas que me eram familiares, por andar a tocá-los com uma banda desde 2019, também os poderia aproveitar neste projeto. Lá juntámos as duas ideias e nasceu o disco.
Qual foi o critério da escolha dos temas?
Metade do disco é composto por alguns desses temas que já estava a tocar nos concertos, até por me serem mais familiares. Acima de tudo o critério foi que as canções soassem o mais natural possível na minha voz e nos arranjos. Portanto, tudo aquilo que soou mais forçado acabou por ficar de parte. Foi um critério, digamos, muito intuitivo. Já a outra metade, resultou de uma pesquisa na obra de José Mário Branco, na qual descobri alguns temas que me tocam bastante e, mais uma vez, os que funcionaram acabaram por também por entrar.
Como é que surgiu o seu interesse pela música de José Mário Branco?
Surgiu naturalmente, como sempre acontece quando esbarramos em algo bonito e forte. A primeira recordação que tenho é de ter 12 anos e ouvir o tema *Inquietação* num radiozinho que tinha. E, caramba, aquilo tocou-me bastante, de uma maneira que nem sequer percebia muito bem na altura. Foi uma música que ficou mesmo marcada em mim, devido àquela permanente tensão e, uns anos mais tarde, acabei mesmo por gravar uma versão no meu primeiro disco a solo.
Chegou a conhecer o José Mário Branco?
Sim, a primeira vez foi num evento no São Jorge e para grande surpresa minha vi-o a avançar na minha direção, a chamar-me: "Simões, ó Simões" [risos]. E de forma muito simpática veio dizer-me que tinha gostado muito dessa versão. Fiquei meio encabulado, como é óbvio, mas de alguma maneira senti que ele estava orgulhoso. Fiquei muito contente, claro. Anos mais tarde, fomos também os dois juntos fazer um concerto a Coimbra e ainda chegámos a ser colegas na Faculdade de Letras de Lisboa. Eu estava a tirar o mestrado em Teoria da Literatura, ele a licenciatura em Lógica e, de vez em quando, íamos para a esplanada falar, de forma muito calma, sobre tudo. Não sou um especialista em José Mário Branco nem privei assim tanto com ele, mas mantivemos uma relação muito leve e saudável desde esse primeiro momento em que nos conhecemos. E depois uma coisa é a pessoa, outra é o trabalho que acabei de fazer à volta da obra dele. Nesse campo, sim, posso dizer que tenho alguma intimidade com o José Mário Branco. Já o ouvi muito e já o cantei muito.
Como é que estão a correr os concertos de apresentação? Houve já um em Lisboa, outro em Leiria e sábado será em Viseu...
Estamos não só a interpretar o disco na íntegra, como também acrescentámos mais uma série de outros temas, incluindo um ou dois do Zeca Afonso e do Fausto. Os concertos têm corrido muito bem, porque as pessoas sorvem as palavras, o que é muito importante, numa altura como esta. Sinto-me apenas como um feliz intermediário, ou seja, as pessoas vêm-me ver a mim, mas essencialmente ouvir as canções do José Mário Branco e isso deixa-me muito feliz.



Goela Hiante é um novo projeto de Adolfo Lúxuria Canibal com Marta Abreu.

Festa do Gnration põe Braga a dançar

AO VIVO *Open day* oferece hoje música, exposições e *workshops*.

TEXTO **SARA SOFIA GONÇALVES**

Este sábado é ainda tempo de celebrar a liberdade. Em Braga, será pela dança e a cargo de um conjunto cuja história se confunde com o próprio 25 de Abril: os lendários África Negra fazem as honras da noite do *Open day*, no Gnration.

Trabalhando o som de São Tomé e Príncipe, juntaram-se em 1972, ainda as forças coloniais portuguesas ocupavam as ilhas. Tentaram, à época, proibir o uso do próprio nome do grupo, por isso, o início aconteceu na rua, junto com o povo. Nos anos 1980, os África Negra conseguem o primeiro disco e, durante uma carreira ainda farta, chegaram a gravar até em Portugal.

A energia e inevitável abanar de anca dos África Negra chega a Braga pela mão do 11.º aniversário da casa cultural bracarense.

Como já é costume, a entrada é gratuita para todas as 11 atividades planeadas para quatro locais distintos dentro do espaço do Gnration, das 16.00 horas e até de madrugada. Além da música, há uma exposição e um *workshop* para crianças.

A festa começa com talento local. Pelas 16.00 horas, Mafalda BS, natural de Braga, estreia os palcos do Gnration para apresentar o seu primeiro EP *Canto em cantos*, lançado em outubro do ano passado. Seguem-se os também bracarenses Mutu e, para fechar a tarde, atua o duo Marta Abreu e Adolfo Luxúria Canibal, ambos naturais da cidade dos arcebispos, com a *performance* de *spokenword* de Goela Hiante.

Eletrónica não falta

No cartaz de celebração da noite, o radar da influência passa desta feita para o Uganda, com HHY & The Kampala Unit, um agrupamento fundado por Johnathan Uliel Saldanha e o coletivo Nyege Nyege, que se resume como uma "exploração futurista que mistura o dub e o techno com percussões tradicionais e elementos de transe", diz o comunicado do evento.

Os concertos encerram com o produtor britânico James Holden, que apresenta o seu quinto e mais recente disco, *Imagine this is a high dimensional space of all possibilities* (2023).

Para todas as ancas

A dança arranca a meio da tarde, mas entrará também noite adentro. Para encerrar este aniversário do Gnration, haverá, em simultâneo, dois *DJ sets* tivos – para que a música agrade a todas as ancas.

De um lado, "entre sons contemporâneos e música-antiga-feita-nova", La Flama, nome artístico de Pedro Azevedo, trará cumbia, perreo e suor. Por outro, Catarina Silva, acompanhada pelos visuais de Muluk, irá apresentar uma performance em curadoria conjunta com a Dark Sessions Braga, uma comunidade independente de música eletrónica criada na cidade em 2017.

cultura@jn.pt



Música para todos

16.00: Mafalda BS
17.00: Mutu
18.00: Goela Hiante ·
22.00: África Negra
23.00: HHY & The Kampala Unit ·
00.00: James Holden
01.00: La Flama
01.00: Dark Sessions: Catarina Silva + Muluk

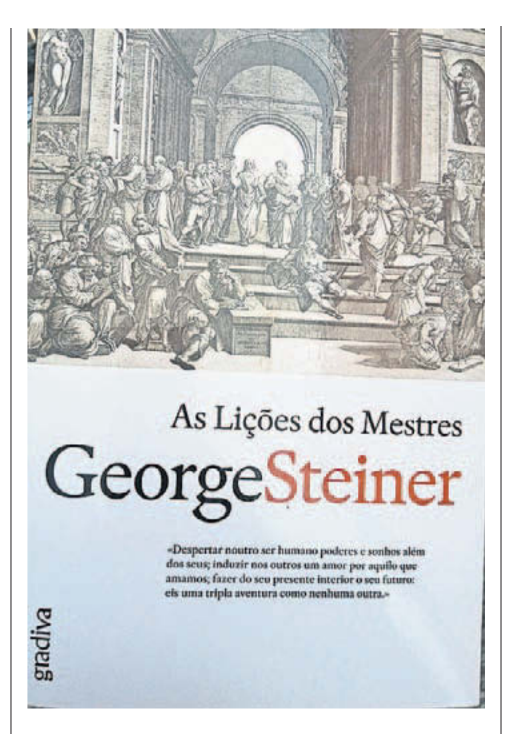


Direto à leitura
António Carlos Cortez

50 anos de Abril, um livro e uma fotografia

No horizonte desta crónica, três questões. Ou problemas. Ou imagens. Um livro de George Steiner, *As Lições dos Mestres*, que a Gradiva reedita em hora urgente para a educação; o 25 de Abril e as tentativas de reescrita da História por parte dos que persistem em não entender que Portugal, hoje, em democracia e em liberdade, é outro país e, por fim, as relações entre o livro de Steiner, o 25 de Abril e a educação actual da preocupação por uma geração de adolescentes e jovens adultos que, 50 anos depois, parecem estar mais vulneráveis às investidas de serôdios regimes totalitários e obscurantistas. Um livro, uma data e uma fotografia, portanto. A fotografia, em especial, merece a nossa extrema atenção: mostra um grupo de adolescentes à porta de uma escola de Lisboa, num bairro onde há ainda uma classe média robusta. Uma fotografia alarmante pelo que representa de alienação, pelo que revela acerca de uma realidade que, 50 anos depois de Abril, muitos decisores políticos – sobretudo ministros da Educação – insistem em ignorar ou em dizer que não é a realidade geral das gerações que têm hoje entre os 13 e os 23, 25 anos… Uma fotografia, um livro e uma data neste Directo à Leitura: porque importa mesmo elogiar este livro, reflectir sobre o simbolismo duma época e clamar para que, na educação, haja uma verdadeira acção contra o digital, o veículo que tem empobrecido, deseducado e alienado estudantes, professores, pais e demais comunidade educativa.

O livro de George Steiner tem prefácio de Maria do Carmo Vieira, uma das vozes que, nos últimos 20 a 25 anos mais empenhadamente tem denunciado os sucessivos absurdos das reformas levadas a cabo pela Tutela. É por esse prefácio que qualquer professor deve começar a ler este livro de Steiner. Livro, diga-se desde já, que deveria ser de leitura basilar em todos os cursos de formação de professores. A autora do prefácio faz coincidir a primeira edição deste livro no nosso país – em 2003 – com a reforma curricular que seguiu as modas americanas e de outros países europeus. Uma reforma fruto da "mudança irreflectida" que desestabilizou a profissão docente e que teve por base quer as "atabalhoadas definições de perfis (de alunos e professores)", quer a liberdade (?) de as escolas poderem alterar "em desfavor de algumas disciplinas, o número de horas lectivas, nomeadamente em História, uma das mais massacradas da área de humanidades, a par da Geografia." (p.11). Tal como George Steiner irá comprovar nos capítulos por que se estrutura este seu livro, há uma tese que Maria do Carmo Vieira logo expõe como âncora de todos estes textos: com essas reformas, as humanidades não escaparam à "loucura do discurso pragmático". Essa reforma de 2003 foi "o culminar de um trabalho paciente, orientado por pedagogos frustrados […] que doentiamente dependentes de teorias pedagógicas, há muito postas em causa, contaram com a anuência de direcções escolares para a execução da mudança que, a seu ver, revolucionaria o sistema educativo" (p.12).





A menorização dos clássicos, bem como o convite permanente a que os professores sejam os agentes desta 'transição digital' que nada mais fará senão destruir definitivamente a escola e o ensino no seu todo, isso está plasmado neste *A Lição dos Mestres*."

Uma mudança que teve no discurso da "inovação/ novo", no "funcional/ utilitário" e na "facilidade/ lúdico" as traves-mestras. Hoje, volvidos vinte anos, ao irmos às escolas falar sobre os 500 anos de Camões, ou sobre a importância de uma data como a do 25 de Abril, vemos bem as consequências das sucessivas reformas inovadoras, utilitárias e fáceis levadas a cabo por governos do PSD e do PS: os alunos (e mesmo muitos professores, sobretudo se têm menos de 40 anos) ignoram quem foi Camões, deparam-se com dificuldades extremas de redacção e de interpretação de textos literários (de Camões ou de quaisquer outros, do 7º ao 12º ano).

Com efeito, à custa da imposição de um paradigma tecnológico que atingiu todas as disciplinas, com a estúpida crença de que só importam as áreas que darão "lucro" no mercado de trabalho para onde encaminhamos uma geração inteira de indigentes digitais (os que serão engenheiros, informáticos, médicos, advogados, arquitectos?), o facto é este: hoje muitos alunos não sabem pegar numa caneta, têm uma caligrafia ilegível, a sintaxe que produzem é de uma ilogicidade que magoa o pensamento. A morfologia, a semântica e mesmo a fonética (quando lêem em voz alta é assustador ver com que tropeções e hesitações lêem um poema ou uma simples apresentação do palestrante) espelham a catástrofe que inúmeros professores, de vários graus de ensino, têm descrito. A menorização dos clássicos, bem como o convite permanente a que os professores sejam os agentes desta "transição digital" que nada mais fará senão destruir definitivamente a escola e o ensino no seu todo, isso está plasmado neste *A Lição dos Mestres*. Um dado para o debate: por que razão uma peça teatral como



Felizmente há Luar! de Sttau Monteiro foi retirada do 12º ano sem que nos dissessem as razões para tal censura? A quem convém que as crianças e os adolescentes prefiram jogos *online* no telemóvel à leitura de livros que podem, de facto, mover os afectos e comover a inteligência? A quem convém que as humanidades sejam perseguidas por direcções escolares e que disciplinas como Literatura/Português, História e Geografia, Artes e Música sejam permanentemente desvalorizadas? Será que os senhores adeptos das tecnologias e das ciências não leram Einstein? Relembremo-lo: "oponho-me à ideia de que a escola deve ensinar directamente aqueles conhecimentos específicos que viremos a empregar mais tarde na nossa vida. As exigências da vida são demasiadamente variadas para que seja viável esse ensino específico e directo. Parece-me, à parte isso, condenável tratar o indivíduo como uma ferramenta morta. A escola deve



Os alunos que hoje vegetam nos nossos estabelecimentos de ensino – todos de telemóvel em punho, olhar mortiço, ignorantes de tudo – são o país do futuro, esse que matará o espírito de Abril, pois que na escola foi o próprio espírito que foi assassinado.

ter como objectivo que os seus alunos saiam dela com uma personalidade harmoniosamente formada, e não como meros especialistas." (p.13)

Ao cenário actual – o Sr. Ministro da Educação que visite sem aviso prévio uma qualquer escola da periferia de Lisboa, porventura a Escola Secundária de Mem-Martins, em Sintra, e vá ver, com os seus olhos, e sem se identificar, como falam os alunos, de que falam, como estão deitados nos corredores, ou a ofenderem-se mutuamente durante os intervalos. Entre numa sala de aula e veja a dificuldade dos professores em disciplinar para haver uma atmosfera de concentração para ler textos. Que tenha consciência, como outros antes de si não tiveram do facto indesmentível: a diluição das humanidades é proporcional ao recrudescimento da violência escolar e dos péssimos resultados que Portugal hoje apresenta em organismos internacionais.



A diluição das humanidades é proporcional ao recrudescimento da violência escolar e dos péssimos resultados que Portugal hoje apresenta em organismos internacionais."

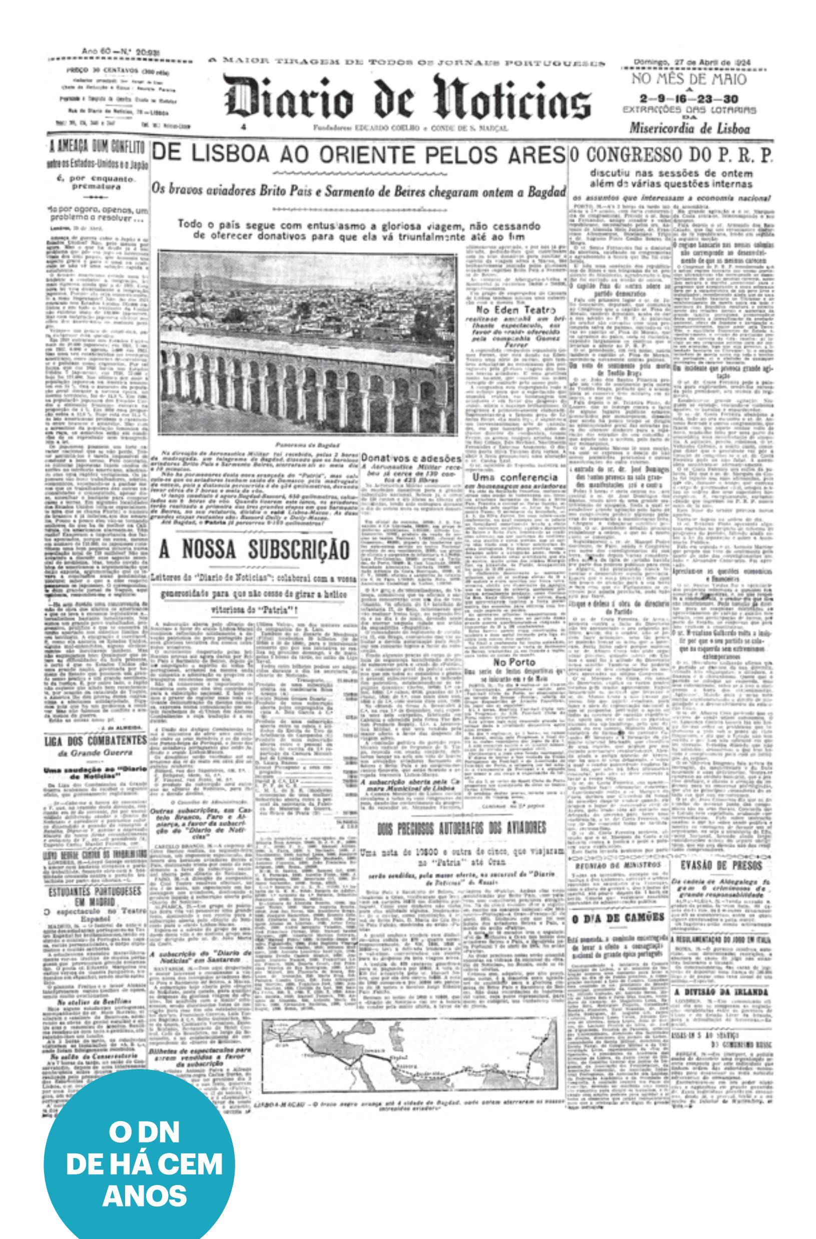
Os alunos que hoje vegetam nos nossos estabelecimentos de ensino – todos de telemóvel em punho, olhar mortiço, ignorantes de tudo – são o país do futuro, esse que matará o espírito de Abril, pois que na escola foi o próprio espírito que foi assassinado. Tudo isto é realidade no ensino público, decerto. Mas o cenário não é melhor no privado. Nenhum Cheque-Ensino resolverá um problema que atinge já todas as classes sociais: o problema profundo do desinteresse pela cultura letrada. E, perguntemos, que engenheiros, advogados, arquitectos, professores, políticos e empresários teremos em 2050 se persistirmos numa política – como Steiner lhe chama – que despreza palavras como "instrução", "espírito", "erotismo"?

Tenho ido a diversas escolas por estes dias de lembrar Abril e Camões. Apesar da boa-vontade e verdadeiro espírito de missão de inúmeros professores, o que é gritante é o modo como agem e falam os alunos. A atmosfera geral é de pré-delito. O olhar de muitos é revelador: entre a desconfiança e a irritação por ver que é de livros e de poesia que se vai falar, gradualmente dando lugar à surpresa, à inquietação que a literatura e as artes sempre acabam por promover. Há excepções? Há. São muitas? Algumas. Um outro dado: à medida que nos afastamos das escolas de Lisboa constatamos que é nos ambientes menos urbanos que ainda existe certa disponibilidade dos estudantes para ouvirem, para escreverem enquanto decorre a comunicação. Mas nada disso acontece sem que sejamos incisivos e lhes façamos a pergunta: "A quem convém que vos tenham assassinado o saber estar e ser na escola como na vida? A quem convém que vocês, em 2024, nada saibam de História, de Geografia e de Português e tenham como únicos interesses o TikTok, as redes sociais, e estejam à mercê dos *influencers*?" Por que razão roubámos aos nossos estudantes a imaginação sem a qual não há esse erotismo próprio da transmissão – essa de que fala Steiner?

Indo a escolas de Norte a Sul do país, e também a colégios e universidades, não posso alinhar com os discursos do "rigor e da excelência" que, em efemérides, a Tutela gosta de pronunciar. Sim, é certo que Portugal não é hoje, em 2024, o país de miséria, esse território de guerra e de asfixia de Salazar-Caetano, onde quem tinha dinheiro é que estudava e quem não tinha estava condenado a uma vida sem magia. Porém, se as aulas e a escola actuais são uma linha de montagem onde todos, no digital, são incapazes de saber escrever e incapazes de fruir dum texto por manifesta iliteracia, não é de asfixia que devemos falar? Quando uma data como Abril de 74 pouco ou nada lhes diz, quando o ensino é vítima da "fúria censória" (excelente imagem da prefaciadora ao livro de Steiner) das tecnologias que alienam; quando nomes como Mário Soares, Álvaro Cunhal, Freitas do Amaral, Sá-Carneiro; Salgueiro Maia, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço ou poetas e escritores e artistas, maioria pessoas que foram opositores ao fascismo, são nomes jamais ouvidos e os livros (romances, teatro, poemas – ou as pinturas e músicas dados da cultura – que pertence aos alunos!) lhe aparece como um imenso Nada – não é de obscurantismo que devemos falar?

E regresso ao livro de George Steiner: "O mau ensino, a rotina pedagógica, esse tipo de instrução que é cínico nos seus objectivos puramente utilitários, é ruinoso. Arranca a esperança pela raiz. O mau ensino é literalmente criminoso e, metaforicamente, um pecado. Derrama sobre a sensibilidade da criança ou do adulto o mais corrosivo dos ácidos: o tédio, o metano do *ennui*. Para milhões de pessoas a matemática, a poesia, a filosofia, foram destruídos por um ensino inane, pela mediocridade, talvez subconscientemente vingativa, dos pedagogos frustrados." (p.41). É um livro implacável e sensato, escrito para pais e professores (também eles pais). Escrito para Ministros da Educação e Reitores de Universidades e Directores de Escolas e de Colégios. Celebramos este ano os 50 anos do 25 de Abril e falamos de liberdade, da urgência de defender a democracia contra a barbárie… Mas é nas escolas que a barbárie tem sido semeada: a extrema-direita germina aí, nessa geração que, refém do digital, sem linguagem, sem poesia, sem imaginação, mergulhará na noite mais escura porque já não teve as lições de quaisquer mestres. Como vemos na fotografia tirada frente à entrada dum estabelecimento de ensino, o 25 de Abril para os que estudam hoje na escola portuguesa é estar deitado nos passeios, com ecrãs onde o fascínio fácil do vazio corresponde ao fascismo como ódio à cultura, ao ensino com livros. A tudo quanto significa ser-se livre.

Professor, poeta e crítico literário


Diario de Noticias
A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES
Domingo, 27 de Abril de 1924
NO MÊS DE MAIO 2—9—16—23—30 EXTRACÇÕES DAS LOTARIAS DA Misericordia de Lisboa

A AMEAÇA DUM CONFLITO entre os Estados-Unidos e o Japão é, por enquanto, prematura

DE LISBOA AO ORIENTE PELOS ARES
Os bravos aviadores Brito Pais e Sarmento de Beires chegaram ontem a Bagdad
Todo o país segue com entusiasmo a gloriosa viagem, não cessando de oferecer donativos para que ela vá triunfalmente até ao fim

O CONGRESSO DO P. R. P. discutiu nas sessões de ontem além de várias questões internas os assuntos que interessam a economia nacional

A NOSSA SUBSCRIÇÃO

LIGA DOS COMBATENTES da Grande Guerra

DOIS PRECIOSOS AUTOGRAFOS DOS AVIADORES

O DIA DE CAMÕES

EVASÃO DE PRESOS

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 27 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

A AMEAÇA DUM CONFLITO

entre os Estados-Unidos e o Japão

é, por enquanto, prematura

Ha por agora, apenas, um problema a resolver...

Londres, 19 de Abril.

Ameaça de guerra entre o Japão e os Estados Unidos? Não, pelo menos por agora. Mas o que ha desde já é um problema que põe em jogo os interesses vitais dos dois países, que assumiu um aspecto grave e para o qual na realidade se não vê uma solução rapida e satisfatoria.

O Senado americano estuda uma lei tendente a combater a imigração, lei mais rigorosa ainda que a de 1921. Essa nova lei visa directamente a imigração japonesa. Porque ela seja numericamente a mais importante? Não. Só em 1921 entraram nos Estados Unidos 195.000 italianos e em todo o territorio da União não existem mais de 110.000 japoneses. Mas essa imigração japonesa oferece aos olhos dos americanos os maiores perigos.

Vejamos um pouco de estatistica, para esclarecer esta questão:

Em 1918 entraram nos Estados Unidos mais de 10.000 japoneses; em 1921, 7.500; em 1922, 6.000 e apenas 5.600 em 1923. Mas uma vez estabelecidos no territorio americano, esses japoneses desenvolvem-se e pululam como cogumelos. Por tal forma que em 1866 havia nos Estados Unidos 7 japoneses, em 1910, 72.000 e hoje ha 111.000. Nos ultimos dez anos a população japonesa na America aumentou em 54 %. Ora o aumento da população geral durante a mesma epoca, no mesmo territorio, foi de 14,9 %. Em 1900, na população japonesa dos Estados Unidos o elemento feminino entrava na proporção de 4 %. Em 1910 essa proporção subia a 12,6 %. Hoje está em 34,5 %. As leis americanas proibem o casamento entre brancos e amarelos. Mas com o acrescimo da população feminina da sua raça, os amarelos estão em condições de se reproduzir sem transgredirem a lei.

Os japoneses possuem um forte caracter nacional que se não perde. Tentar assimilá-los é tarefa impossivel de conduzir a bom termo. Pelo contrario, as colonias japonesas fazem «nodoa de azeite» no territorio americano, alastrando com uma rapidez vertiginosa. Os japoneses são bons trabalhadores, sobrios, economicos, sujeitando-se a ganhar menos que os trabalhadores das outras nacionalidades e conseguindo, apesar disso, amealhar o bastante para comprar casas e terras. Em algumas localidades dos Estados Unidos (cita-se especialmente uma que se chama Florin) o numero de brancos é já inferior aos dos amarelos. Pouco a pouco eles vão-se tornando senhores do que ha de melhor na California. Os americanos alarmam-se. Têm razão? Exageram a importancia dos factos apontados, porque em suma, mesmo em numero de 110.000, os japoneses constituem uma bem pequena minoria numa população total de 110 milhões? Não me aventuro a discutir esse aspecto essencial do problema. Mas, tendo ouvido da bôca de americanos a argumentação que deixo exposta, argumentação que os levava a conclusões assaz pessimistas, procurei saber o que a esse respeito pensavam os japoneses. O correspondente dum grande jornal de Toquio, aqui residente, respondeu-me o seguinte:

—Ha sem duvida uma concorrencia de mão de obra que alarma os americanos e que os leva a excessos legislativos e... jornalisticos bastante lamentaveis. Nós somos um grande povo trabalhador, progressivo, prolifico e que se encontra já muito apertado nos estreitos limites do seu territorio. A emigração é inevitavel. E, como ela assusta os Estados Unidos, alguns mal-entendidos, alguns «froissements» são inevitaveis tambem. Mas não esqueçamos isto: Quaisquer que sejam as dificuldades da hora presente, o certo é que os Estados Unidos são uma grande nação, governada por homens de Estado que possuem um grande senso prático e um grande sentimento da justiça. E, por outro lado, o Japão não esquece que ainda bem recentemente, por ocasião da catastrofe de Toquio, a America lhe deu provas duma magnanima e afectuosa solidariedade. Digamos pois que ha um problema a resolver. Mas não falemos de conflito e ainda menos de guerra.

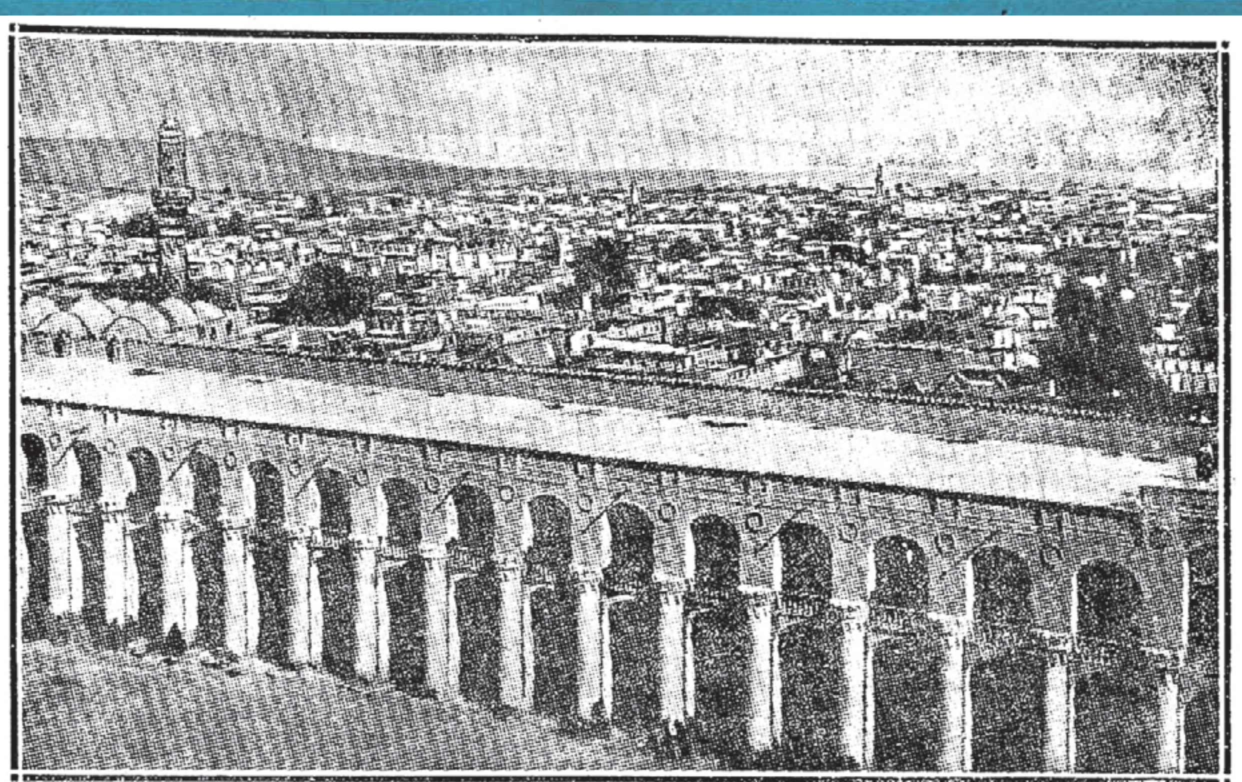
Estão as coisas nesse pé.

J. de ALMEIDA.

DE LISBOA AO ORIENTE PELOS ARES

Os bravos aviadores Brito Pais e Sarmento de Beires chegaram ontem a Bagdad

Todo o país segue com entusiasmo a gloriosa viagem, não cessando de oferecer donativos para que ela vá triunfalmente até ao fim



Panorama de Bagdad

Na direcção de Aeronautica Militar foi recebido, pelas 2 horas da madrugada, um telegrama de Bagdad, dizendo que os heroicos aviadores Brito Pais e Sarmento Beires, aterraram ali ao meia dia e 10 minutos.

Não ha pormenores desta nova avançada do "Patria", mas calcula-se que os aviadores tenham saido de Damasco pela madrugada de ontem, pois a distancia percorrida é de 924 quilometros, devendo levar cêrca de 7 horas e meia de vôo.

O lanço imediato é agora Bagdad-Bassorá, 650 quilometros, calculados em 6 horas de vôo. Quando fizerem este lanço, os aviadores terão realizado a primeira das tres grandes etapas em que Sarmento de Beires, no seu relatorio, dividiu o **raid** *Lisboa-Macau. As duas grandes etapas restantes são: Bassorá-Delly e Delly-Macau.*

Até Bagdad, o **Patria** *já percorreu 6.109 quilometros!*

Ramalho Eanes afirma que 25 de Novembro impediu regime totalitário do PCP

AULA-DEBATE Ex-Presidente da República disse não ter dúvidas dos planos comunistas durante o PREC e considerou que a descolonização foi trágica.

O antigo Presidente da República António Ramalho Eanes afirmou ontem que durante o Período Revolucionário em Curso (PREC) o PCP se preparava para estabelecer um regime totalitário em Portugal e considerou que a descolonização foi trágica.

Ramalho Eanes falava perante o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, durante uma aula-debate sobre o 25 de Abril com alunos de escolas secundárias e universidades, no antigo picadeiro real, junto ao Palácio de Belém, em Lisboa. A propósito dos antecedentes do 25 de Novembro de 1975, o general e primeiro Presidente eleito em democracia começou por referir que não queria "tecer considerações nenhumas sobre o PCP" e que teve "ótimas relações com Álvaro Cunhal", um homem que "muito estimava" e "muito considerava". "Mas naquela altura o PCP, talvez acossado pela extrema-esquerda, preparava-se efetivamente para estabelecer em Portugal um regime totalitário", afirmou, acrescentando: "Não tenho dúvidas".

Em concreto sobre os acontecimentos de 25 de Novembro, Eanes disse que houve "uma ofensiva militar", no seu entender "organizada levianamente pela extrema-esquerda, mas em que o PCP não podia ter deixado de intervir", perante a qual ele e outros militares foram obrigados a agir. "Tivemos essa ação, enfim, e repito que podia ter levado a uma guerra civil e que foi indispensável o 25 de Novembro. Repito: foi indispensável, para que as promessas de honra dos militares à população fossem realizadas: devolver-lhes a liberdade, sem condicionamentos", defendeu.

"O 25 de Abril foi único, foi fundador. É ele que concede a liberdade aos portugueses. É ele que devemos festejar, comemorar e sobretudo refletir. Mas não devemos esquecer a perturbação natural que se seguiu, em que houve um combate de ideologias, de modelos de sociedade, em que houve um PREC que criou uma situação insustentável, uma situação de medo e uma situação que nos levou perto de uma guerra civil", acrescentou Eanes.

Nesta aula-debate, o ex-PR relatou que estava em Angola e recebeu a notícia do 25 de Abril sem surpresa, porque "tinha participado nas diferentes reuniões que se tinham realizado para organizar uma resposta ao regime", com "grande alegria" e "grande esperança", porque "os portugueses iam ter a liberdade" e "finalmente, acabar-se-ia a guerra" colonial. "Mas não tive dúvidas nenhumas de que a descolonização iria ser trágica, como foi. Aliás, eu digo isto com à vontade, com grande à vontade. Eu sei que muita gente vai contar que acha que a descolonização foi uma coisa maravilhosa. Não foi".

Na sua opinião, foi trágica porque "deixou aqueles países, Angola e Moçambique, numa situação de guerra que durou anos e que destruiu tudo" e porque deslocou "para o continente [português] muitos angolanos", disse, referindo-se "aos retornados". "Eles tinham nascido em Angola, eles eram angolanos, não conheciam outra pátria que não fosse aquela e, de repente, são obrigados, perdendo tudo, a vir para uma terra que tinha sido a dos seus antepassados, mas que eles não conheciam, que eles não amavam".

DN/LUSA


TIAGO PETINGA/LUSA

Ramalho Eanes com Marcelo Rebelo de Sousa no antigo Picadeiro Real.

BREVES

Grupo Luz Saúde vai abrir hospital em Santarém

O Grupo Luz Saúde vai construir um novo hospital em Santarém, num projeto que prevê um investimento de 58 milhões de euros e a criação de 500 postos de trabalho, anunciou o grupo, que prevê que a construção do novo hospital esteja concluída até ao final de 2025, apontando a abertura para o primeiro semestre de 2026. Em comunicado, o grupo salienta que a nova unidade permitirá reforçar "os serviços médicos de proximidade para os cerca de 425 mil ribatejanos, nomeadamente dos concelhos de Santarém, Ourém, Tomar, Abrantes, Torres Novas, Almeirim, Cartaxo, entre outros".
O hospital, que está a ser construído junto ao Retail Park, na zona sul de Santarém, vai ter uma unidade de internamento com 42 camas, um bloco operatório com 4 salas cirúrgicas, um centro de imagiologia diferenciada, um centro para a saúde da Mulher, um centro de Oncologia e um centro de Medicina Dentária. Está também prevista a instalação de 40 salas de consulta, várias especialidades médicas como medicina interna, medicina geral e familiar, pediatria, ginecologia-obstetrícia, ortopedia, cardiologia, neurologia, cirurgia geral, entre outras. A Luz Saúde possui atualmente 28 unidades (14 hospitais privados, 13 clínicas privadas e uma residência sénior).

Joe Biden disponível para debate com Trump

O Presidente dos Estados Unidos, o democrata Joe Biden, anunciou que está disponível para participar num debate televisivo com o republicano Donald Trump, seu adversário nas eleições presidenciais de novembro, mudando a posição que mantinha até agora.
É a primeira vez que Biden diz explicitamente que está disposto a enfrentar Trump na televisão. Biden fez o anúncio durante uma entrevista no programa radiofónico *The Howard Stern Show*. Quando Stern perguntou a Biden se participaria num debate com seu antecessor sobre as eleições de novembro, o líder da Casa Branca respondeu: "Participarei, em algum lugar, não sei quando, mas ficarei satisfeito por debater com ele".
O anúncio ocorre face a uma grande pressão dos principais meios de comunicação social do país, como a agência Associated Press e as cadeias televisivas CBS, CNN, Fox e ABC, que revelaram este mês uma carta aberta instando Biden e Trump a participarem em debates antes das eleições.
Trump também já disse que está disposto a participar num encontro presencial com Biden "em qualquer hora e lugar", apesar de durante as primárias republicanas se ter recusado a confrontar-se com os adversários do seu próprio partido.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt



